



2. A urbanização do Rio Grande do Sul: a ocupação de um espaço de fronteira

2.1. Entre um litoral de repulsão e uma fronteira instável

O Estado do Rio Grande do Sul está localizado no extremo austral do Brasil, em plena zona temperada do hemisfério Sul, com uma área de 282.184 km², que representam 3,32% da superfície do Brasil.

Seu território está compreendido entre as seguintes coordenadas geográficas: latitude sul de 27° a 33° e longitude oeste de 49° e 57°.

Apresenta uma costa retilínea, formada por duas “restingas” separadas pela barra do Rio Grande, que é a saída natural da laguna dos Patos para o oceano Atlântico.

Possui uma estrutura geológica que determina uma área estável, sem terremotos e vulcões e um relevo que é, em geral, suavemente ondulado e conhecido com o nome de “coxilhas”. Este nome provém de cuchilla, que em castelhano quer dizer faca. Na realidade seria à curvatura próxima a ponta do facão do antigo gaúcho, pois é uma elevação modesta e com longos declives¹ Embora nem todas as coxilhas sejam iguais, é a imagem que se constitui numa identidade geomorfológica para o Rio Grande do Sul. Estas suaves ondulações apenas desaparecem na delgada escarpa do planalto, no litoral e adquirem um aspecto um pouco mais acidentado nas serras do Escudo sul-rio-grandense uruguaio, ao sul. Esse tipo de relevo faz com que mais de 90% das terras que compõe o território sejam aproveitáveis.²

Quanto aos aspectos climáticos, o estado está numa zona temperada, subtropical, semi-úmida caracterizada por grandes variações térmicas. Um tipo de clima que facilita o

¹ Moreira Igor A. G. e Costa, Rogério H. da, *Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.p.27

² Moreira Igor, op. cit., p.13.

desenvolvimento das atividades econômicas básicas do Rio Grande do Sul, a pecuária e a agricultura

Para que este trabalho não se estenda em temas que, embora pertinentes ao estudo, não componham seus pontos centrais, as informações fisiográficas do Estado, se restringirão as necessárias e suficientes para uma aproximação a esta área, e, se necessário, serão retomadas a cada momento, para auxiliar a compreensão de qualquer assunto que esteja sendo abordado.

Aliás, quando se trata de um estudo sobre a construção do espaço de qualquer parte do território rio-grandense, imediatamente surgem com importância estas questões referentes aos seus aspectos sócio-culturais-geográficos.

Para muitos autores, é certo que o território sulino inclina-se decididamente para o Prata. Nessa direção correm os rios formadores das suas maiores bacias hidrográficas - a oriental e a ocidental, enquanto a “Campanha”, região onde se modelou o gaúcho, tem a totalidade das suas “linhas naturais” dirigidas para “o Rio Uruguai e, por meio dele, ao Prata”.³ Aproveitam estas “tendências geográficas” para apoiar suas teses de que este território, também em outros aspectos relativos a sua formação, se identificou mais com os platins do que com o centro do Brasil, tema que será abordado mais adiante.

³ Cesar, Guilhermino, *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Ed. Globo, 1970. p.150

O litoral da repulsão e a barra diabólica: fatores marcantes na ocupação do território

O litoral rio-grandense, formado por uma costa lisa e baixa, constituiu uma imensa praia que foi de fato um grande obstáculo à penetração, retardando a sua ocupação. Com cerca de 600 Km, interrompido apenas em três pontos - nas embocaduras dos rios Mampituba e Tramandaí e no estreito do Rio Grande -, recaiu neste último a possibilidade maior de ancoradouro, de passagem, a porque era a única que permitia a entrada de embarcações de certo porte, “embora a embocadura do seu canal de entrada sofresse constantemente à obstrução por bancos de areia, dependendo das correntes, ventos e marés, determinando a formação de canais com trajeto caprichoso e profundidade muito variável que tornavam difícil a entrada e saída de navios”⁴. A entrada deste porto era conhecida entre os navegantes como “A Barra Diabólica”.⁵

O fenômeno da formação de barras não é exclusivo do Canal de Rio Grande e existe em outras bocas de rios e vazadouros da costa leste brasileira com maior ou menor intensidade, dificultando o uso de muitos ancoradouros naturais.

⁴ Lessa, Barbosa, *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo*, Porto Alegre, Ed. Globo, Rio, 1984: descreve-a como “uma enorme sucessão de bancos de areia andando de lá para cá”.

⁵ Marques, Alvarino da Fontoura, *Evolução das Charqueadas rio-grandenses*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1990. p. 146: para este autor, esta denominação deve-se a Silva Paes, fundador da cidade de Rio Grande.

É tão freqüente a existência do fenômeno que a palavra “barra” tem, no Brasil, o significado popular de obstáculo, dificuldade, que é preciso enfrentar de transpor para se ir adiante e vencer.

Mas observa-se que quanto mais ao sul, mais difícil ficava a navegação em razão das questões geográficas e climáticas. Também a que se somar que a quantidade de portos naturais que os exploradores encontravam em grande parte do litoral brasileiro, não ocorria no litoral sulino. Pelo contrário, os relatos dos viajantes que passavam por este um litoral de repulsão, não eram nada animadores:

“...Se uivavam os temporais fora da barra, os navios permaneciam em espera agônica, bordejando largo, ou então se afastavam, para fugir dessa área de perigo.”⁶

Em 1858, o viajante Avé-Lallemant, descreveu a Barra do Rio Grande:

“ A Barra do Rio Grande é, sem dúvida, uma das mais desagradáveis e mais perigosas que existem, e poucos portos se encontrará em que, em proporção com os navios entrados, tenha havido tantos naufrágios como aqui. Fora, no mar, estendem-se os baixios e, em frente da barra, um banco de areia; ao Norte e ao Sul desta, acham-se as passagens, variáveis, aliás, de local e de profundidade; por vezes, ambas as passagens

⁶ Barroso, Vera Lucia Maciel, *Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1990.

estão más, sendo necessárias exploração e observação diárias para permitir a entrada do navio ou adverti-lo de que não poderá entrar”.⁷



Fig. 02 – Entorno da “Barra Diabólica”, local de freqüentes acidentes ocasionados pelas condições físicas e climáticas da região

⁷ Avé-Lallemant, *Viagem pelo Sul do Brasil*, tomo I, Rio de Janeiro, INL, 1953.

Dentre essas "tenebrosas viagens", muitas acabavam em naufrágios. De 1846 a 1860, ocorreram 39 sinistros marítimos no local. De 1860 a 1880, mais 27. e de 1881 a 1894, nada menos de 83 naufrágios. E o porto de Rio Grande, apesar de centro desses desastres, permaneceu no século 19 e depois no seguinte como o único porto marítimo do Rio Grande do Sul.

Mas a repulsão não parava aí. Os muitos rios e lagoas, interceptando a cada momento o trajeto dos viajantes, redundavam em perdas, seja com desastres nas passagens, seja no custo do grande número de passos, o que veio a se constituir outro agente de abandono e desprezo da via litorânea. Igualmente, a própria área do litoral, em alguns pontos imprópria para a agricultura e a pecuária, não favorecia a fixação humana. A água salobra e o solo arenoso propiciavam uma baixa produtividade. Encontrando melhores terras, o povoador migrava adiante. E é nessa propensão "ocidental" que aos poucos o Rio Grande do Sul ia sendo ocupado. Exatamente a força de atração do povoamento sulino instalou-se numa linha de ocidentalização.

Por tudo, foram às terras interioranas, próximas as áreas platinas, de domínio espanhol, que atraíram os exploradores-colonizadores portugueses, para esta região.

Foi neste território fronteiriço que houve contatos e atritos entre portugueses e espanhóis no continente sul-americano. Nas demais fronteiras brasileiras isto não ocorreu, pois, com

poucas exceções, se tratavam de fronteiras despovoadas definidas diplomaticamente.

A fronteira: potencial de desenvolvimento que o litoral negou

...” a fronteira é um sistema muito particularizado, dependente e articulado a outros macrossistemas, com uma tremenda capacidade potencial, essencial à comunicação entre os povos, em equilíbrio dinâmico e, sem embargo, quase desprotegido dos instrumentos operativos que permitem desenvolvê-lo. Pensado, concebido e legislado a distância, desconhecido e subvalorizado, vegeta como o último e mais distante rincão do território, sofrendo o esquecimento de quem se recorde dele, quando existe perigo.

Porta dos povos, ponto de união cultural, campo de batalhas pela paz e pela união entre os homens, este é seu outro aspecto, talvez nem sequer imaginado, porém o único capaz de criar, de comunicar-se, de permitir o desenvolvimento sem o qual nunca haverá paz. A verdadeira fronteira, a fronteira do futuro, deverá complementar, além da união econômica, a integração dos povos”⁸

⁸ Paladino, Fructuoso Rivera, *O Espaço Rio-Grandense na Bacia do Prata*, São Paulo: FDT, 1994. p. 15: fragmento do texto “Fronteira”, de Eliseo Popolizio, lido no Colóquio de Estudos Fronteirios, Rivera. Uruguai, 1988.

Se o litoral norte potencializava e facilitava a ocupação das terras do seu entorno, o que gerou uma povoação de caráter nitidamente litorâneo, no sul, ao contrário, as terras que atraíam os colonizadores acabaram sendo as do interior.

Para alguns autores, a fronteira desempenhou no sul, o papel que o litoral norte representou para aquela região. A atração das terras interioranas transformou a fronteira num litoral em potencial:

“A função política da fronteira e a significação econômica dos campos de criação dessa área desempenhavam no Rio Grande do Sul o papel de um segundo litoral político-econômico, que impediu que o Estado se mantivesse preso à orla atlântica.”⁹

A fuga ao inóspito litoral, resultou na ocupação do interior, de acordo com a política expansionista de Portugal. No início do século 19 esta área estava praticamente incorporada. Assim, se a repulsão litorânea retardou o povoamento, recompensada foi a política de dominação portuguesa, com o empuxe de penetração interiorana que lhe redundou, depois de vencidos os primeiros obstáculos da fronteira marítima.

⁹ Barroso, Vera Lúcia, op.cit., p.41: citando Borges Fortes, *Geografia física do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, 1959. p.28

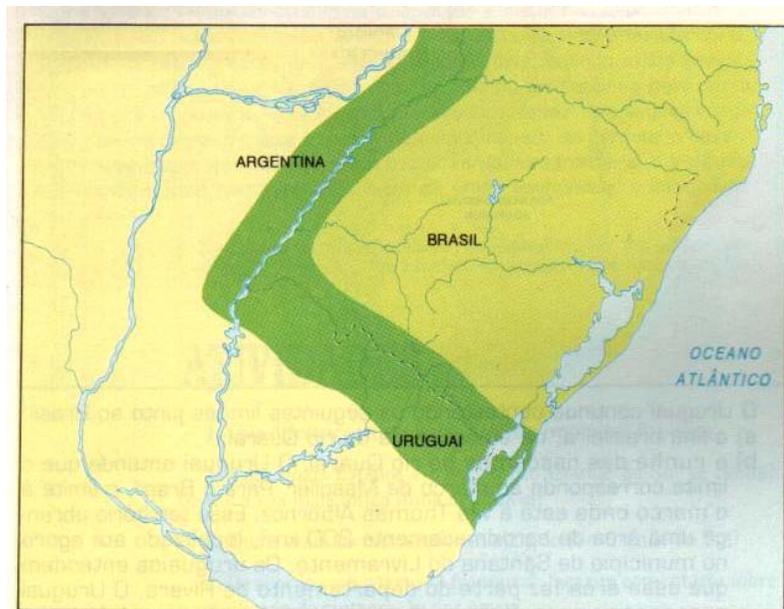


Fig. 05- Faixa de fronteira decretada como área de segurança especial pelo governo militar brasileiro nos anos 60 do séc. 20

O Rio Grande do Sul é o próprio território-fronteira. Praticamente metade de sua área faz parte de uma oficialmente constituída "zona de fronteira". Os limites com a Argentina e o Uruguai (quase 2000 km) e um amplo litoral atlântico influenciaram decisivamente a formação e a evolução da sociedade rio-grandense.

Com pouco mais de 3% do território brasileiro, a extensa fronteira internacional deste Estado representa mais de 10% do total de fronteira do Brasil. Entre as unidades da Federação, somente o Estado do Amazonas tem uma extensão de fronteiras maior que o Rio Grande do Sul. Todavia, enquanto aquele que é o maior Estado da União

apresenta fronteiras internacionais em sua maior parte quase despovoadas, o Estado sulino possui as fronteiras mais ocupadas do país¹⁰.

Os limites atuais, plenamente estabelecidos, datam tão somente do início do século 20, quando se definiu com o Uruguai a posse sobre as águas da Lagoa Mirim. Ao norte, o Rio Grande do Sul limita-se com o Estado de Santa Catarina ao longo de 958 km; a oeste com a República Argentina, com 724 km; ao sul com a República Oriental do Uruguai, numa extensão de 1.003 km e a leste com o oceano Atlântico, com 622 km de litoral.

O conceito de fronteira é freqüentemente usado como sinônimo de limite. Contudo, sob o ponto de vista técnico, a idéia de limite corresponde a uma noção linear, que abrange elementos físicos e convencionais ou geométricos (marcos divisórios). Como foi colocado na introdução deste estudo, fronteira é uma noção espacial, que envolve, além da linha do limite, as áreas vizinhas. É a "faixa de fronteira" ou a "zona de contato". Uma área de superposição e justaposição de influência. Um mundo de relações políticas, econômicas, culturais e militares. Pela complexidade das relações que nela se estabelecem, a fronteira possui uma cultura específica. Portanto, limite é o fato jurídico e a fronteira é o fato político.

A fronteira é um elemento chave no desenvolvimento desta região. Suas vicissitudes e ambigüidades podem ser percebidas tanto nos momentos de crescimento, como nos períodos de crise.

¹⁰ Moreira, Igor, op.cit., p. 13

A região era o limite, o fim do território, hierarquicamente se constituía no ponto mais distante do centro, naqueles tempos de exagerada centralização. Além disto, as colônias americanas estavam fixadas nas suas metrópoles e de costas para seus vizinhos, o que quer dizer que nestes limites havia um contato entre os pontos mais frágeis, menos assistidos e muitas vezes esquecidos pelos centros decisivos importantes.

As atenções por parte do centro restringiam-se praticamente aos períodos em que a posse do território corria riscos e, mesmo assim, muitas vezes dependeu mais dos esforços e da coragem dos seus moradores do que propriamente de ajuda efetiva oficial.

No decorrer da sua formação, os limites do Rio Grande do Sul foram muito variáveis, demonstrando a problemática definição da linha divisória do Brasil meridional, área de permanente disputa entre lusos e espanhóis.

Recursos hídricos: segundo litoral geográfico

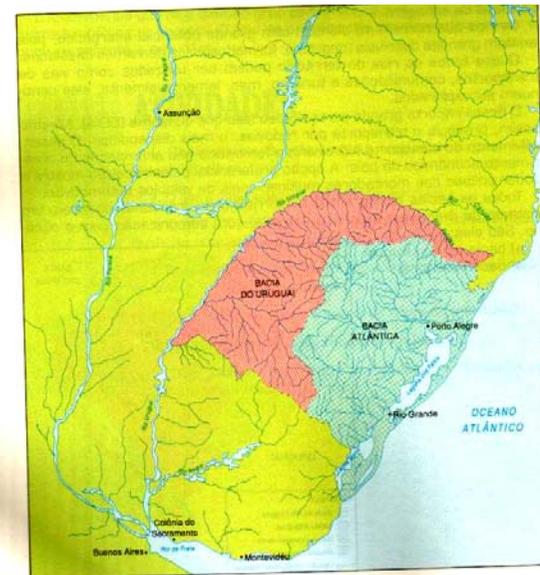


Fig. 06 Rede Hidrográfica do Rio Grande do Sul

O território é muito bem servido em termos de águas internas. Possui uma grande malha hidrográfica e faz parte da bacia Platina. É dotado de um vasto sistema lacustre, cuja navegabilidade compensa a costa baixa e retilínea, de difícil estabelecimento portuário. Este Estado dispõe praticamente de um segundo litoral, como enfatizam alguns autores. Além disso, vários rios, permitem a navegação para o interior, ao contrário de muitas regiões brasileiras, onde as encostas mais íngremes encontram-se paralelas à costa. São rios com apreciável densidade e volume de água, devido principalmente à boa ocorrência de precipitações durante o ano todo.

A verdade é que estes recursos hídricos nunca foram bem explorados para facilitar a navegação e o caso de estudo da cidade de Jaguarão será apenas um exemplo para ilustrar esta questão. Mesmo em épocas nas quais o transporte terrestre era muito precário, antes da construção das estradas de ferro, nunca foram realizados os investimentos necessários para aproveitar melhor estes potenciais naturais do Estado. Ao contrário, ocorreu que, pela prioridade dada aos transportes terrestres, estes cursos d'água acabaram por tornarem-se obstáculos a serem transpostos por enormes tropas de gado e carretas que transportavam lã e couro, em viagens longas e intermináveis.

Os rios da bacia sudeste terminam por alcançar o Atlântico através de ligações das lagoas costeiras com o mar (Patos e Mirim). Por outro lado, a bacia do Rio Uruguai conflui no estuário do rio da Prata. Trata-se de redes hidrográficas do tipo "espinha de peixe".

2.2. O caráter militar da sociedade sulina: povoar e fixar a fronteira

A formação da identidade do homem característico do Rio Grande do Sul, o gaúcho, é um tema ainda muito discutido entre os historiadores da região. Suas obras desde muito tempo polemizam sobre questões referentes à intensidade do fator "platinidade" nos hábitos e costumes do povo gaúcho.¹¹

¹¹ Gutfreind, Ieda, *op. cit.* p.149.

Para alguns, as semelhanças entre rio-grandenses e platinos adviriam pela similitude do meio geográfico e pelas atividades comuns ligadas ao campo. No entanto, no "caráter" e no "espírito", viam sensíveis diferenças entre rio-grandenses e platinos. Garantiam que estes homens que viviam na região sulina durante sua formação, sentiam-se como parte integrante da nação e da comunidade brasileira. Eram guardiões de fronteiras, atuando em todos os litígios, mesmo sofrendo injustiças do governo central, pois o Rio Grande do Sul foi, durante muito tempo, uma província abandonada, sem estradas, escolas, serviços públicos, sofrendo as conseqüências de centralização ferrenha e um regime tributário odioso por parte do governo.¹²

Para outra corrente de estudiosos, o Rio Grande do Sul, até o terceiro quartel do século 19, teve intensos contatos com a região platina, destacando, inclusive "os bens rurais de súditos brasileiros no Estado Oriental", além do grande número de brasileiros vivendo nessa área. As circunstâncias naturais, o maior desenvolvimento tecnológico na pecuária, o comércio, eram alguns fatores que aproximavam o Rio

¹² Os historiadores pertencentes a esta corrente de pensamento que defende um Rio Grande luzo e não hispânico, da qual Souza Docca é um dos expoentes, também argumentam no sentido de que a Revolução Farroupilha foi um movimento republicano, brasileiro, não separatista. Docca, Emílio F. de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha: o porquê desta publicação*, Porto Alegre, Revista do IHGRGS, nº 58, 1935. p.1-147

Grande do Sul da América espanhola, distanciando-o da lusa, segundo os defensores desta tendência¹³.

Sustentavam a tese do Rio Grande do Sul platino, calcado na área geográfica "pampeana", privilegiando-a em face dos limites políticos-administrativos que se forjaram com os movimentos de emancipação das colônias espanhola e lusa.

Para os autores que encampavam estas idéias da especificidade do Rio Grande do Sul, vestígios significativos ainda persistiriam na toponímia, na etnografia gaúcha, nas técnicas industriais e na linguagem rio-grandense. Reconheciam que, a partir do terceiro quartel do século 19, estacionara e até decrescera esta influência, mas que havia permanecido na época de sua formação, estava na sua gênese, dando grande peso ao fator exercido pelo meio ambiente.

Percebe-se que embora haja controvérsias sobre muitas questões históricas e políticas, há uma concordância no que representou o aspecto geográfico na formação da identidade de espírito dos gaúchos. O pampa, é um território comum a

¹³ Entre os historiadores que defendem esta idéia, Alfredo Varella foi um dos mais combativos. Também acreditavam que a Revolução Farroupilha fora um movimento separatista, pois desde as origens do Rio Grande do Sul, havia intensas propensões antiunitárias que teriam chegado ao auge na década de 1830.

Varella, Alfredo, *O idealismo farrapo e a crítica da escada abaixo*, (1ª parte) Lisboa, Tip. Maurício e Monteiro, 1935.

três pátrias. "O homem do pampa é uma réplica do próprio território: um só".¹⁴

Esta era uma tese centralizada na indivisão de fronteiras político-administrativas da área platina, destacando a unidade do pampa e do gaúcho rio-grandense da fronteira, do Uruguai e da Argentina, que apresentava hábitos, costumes, tradições, inclusive a música e a língua, semelhantes.

Estes autores da corrente que defende a influência platina no Rio Grande do Sul, ainda fazem profundos exercícios históricos sobre o gaúcho, recuando à época da formação da civilização árabe e de suas conquistas no Oriente e Ocidente. Destacam a tradição hispano-arábica que o Rio Grande do Sul recebera, referindo-se às lendas, às cavalcadas, a poesia crioula, etc. Traçam um paralelo entre o gaúcho e o beduíno quanto ao seu modo de vida, hábitos, costumes, vestimenta, dando ênfase à vida nômade e campeira.

Uma outra corrente, destaca o desenvolvimento autóctone do gaúcho, que seria o produto de uma única circunstância: "a fronteira". Esta corrente se subdivide em que a origem do gaúcho seria o índio, ou o guarani, ou o charrua, mestiço com o espanhol.

O que não se pode negar são as particularidades desta região frente as demais zonas brasileiras, desde sua ocupação tardia, como pelas disputas fronteiriças que ali se desenrolaram, que a caracterizaram como uma região de

¹⁴ Ornellas, Manoelito de. *Máscaras e murais da minha terra*. Porto Alegre, Globo, 1966. p.91-96.

disputas bélicas, diplomáticas, com intensa movimentação de comércio, ou seja, uma fronteira viva e dinâmica.

Dentro de suas contradições, foi um território "abandonado" por muitos anos pelos colonizadores, mas também foi a fronteira mais disputada do território brasileiro. Ao mesmo tempo em que esta terra era disputada diplomática ou militarmente, havia, desde muito cedo, interesses pessoais dos povos ali localizados que não consideravam estes limites políticos, estendendo suas ações em ambos os lados. Se nos dias atuais é intensa a integração social entre as populações dos dois países, como por exemplo o caso de muitas crianças brasileiras estudando em escolas uruguaias e de uruguaias em escolas brasileiras, o que dizer de épocas passadas onde os limites políticos ainda não haviam sido delimitados e os idiomas e costumes em geral eram muito mais semelhantes?

São inegáveis os interesses que a Coroa portuguesa teve em se expandir até a área do rio da Prata, mas são também evidentes os interesses sul-rio-grandenses naquela área. É razoável supor que o extremo sul girou mais na órbita castelhana que lusitana no início de sua história. Muitos autores que estudaram as relações da área sulina com a platina identificaram similitudes e muitos contatos.

O território rio-grandense sempre foi uma encruzilhada de interesses geopolíticos e geo-econômicos, determinando contínuos deslocamentos de fronteiras. Esse processo forjou uma sociedade singular, com marcada identidade com seu espaço geográfico. A fronteira e a guerra engendraram a estrutura econômica, fundiária e social do Rio Grande do Sul.

O caráter militar da sociedade fronteiriça sulina

A sociedade que ali se desenvolveu, desde o início da povoação começa a se moldar com características muito peculiares. Muitos historiadores falam do caráter militar que, desde o primeiro instante, foi decisivo na formação da mentalidade coletiva. A sociedade rio-grandense teria se formado dentro de um grande acampamento militar¹⁵.

Nesta sociedade sulina, um dos contrastes que a diferenciavam com o resto do Império, provavelmente muito contribuindo para isso sua situação geopolítica, era a existência de uma mobilidade muito grande nos estratos sociais. Isto podia ocorrer a partir do momento em que pessoas eram nomeadas para cargos de milícias ou recebiam doações de terra. Os indivíduos possuíam mais de uma função nesta sociedade fronteiriça do século 19. O comerciante podia ser também industrial e ao mesmo tempo fornecedor de gêneros às tropas e aos estancieiros (criadores de gado). Estes, por sua vez, senhores de terras e escravos, eram também militares.

A sociedade rio-grandense foi escravocrata, mas havia também os assalariados, como os peões das estâncias por exemplo, que trabalhavam por baixos salários, criando por isto um nomadismo, com serviços temporários em cada estância.

A estância formaria o patriciado rio-grandense, a elite, a classe dos dirigentes, a aristocracia dos fazendeiros,

¹⁵ Cesar, Guilhermino, op.cit.,p.275

ocorrendo, o predomínio dos estancieiros sobre seus jurisdicionários.

Em Jaguarão se desconhecem os dados referentes ao período colonial, mas o censo realizado no ano de 1833 mostram que, de um total de 5.547 habitantes, quase a metade, ou sejam 45,6% eram negros escravos¹⁶.

A sociedade rio-grandense era composta também de homens livres, que estavam vinculados as classes média e inferior da estrutura social. Eles sofriam a concorrência do trabalho escravo ou dos estrangeiros mestres-de-ofícios. O centro da sociedade era ocupado pelos militares, formando com os estancieiros e grandes comerciantes as classes superiores.

Imigração: diferenciação social, econômica e espacial

A atividade econômica predominante no Rio Grande do Sul era a criação extensiva de gado que se produzia nas sesmarias (estâncias). Foi visto que esta era uma forma estratégica de assegurar a posse do território, mas que, apesar dos resultados positivos iniciais, seu caráter disperso trazia muita dificuldade na manutenção da soberania e controle das áreas conquistadas.

Nesta mesma época, aumentava a demanda de alimento para o abastecimento do mercado interno e era crescente a

¹⁶ Franco, Sergio da Costa, *Origens de Jaguarão 1790-1833*, Caxias do Sul: Ed.UCS, 1980, p.95; citando dados existentes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

escassez de mão-de-obra em toda a colônia, razão pela qual estimulou-se, nos meados do século 18, a vinda de imigrantes açorianos para ocupar os espaços despovoados das Missões e depressão central, para desenvolverem uma atividade econômica de subsistência, com base no emprego de mão-de-obra familiar, em médias e pequenas propriedades.

Com eles, desenvolveu-se o cultivo do trigo, mas a entrada, no mercado nacional, do trigo americano, prussiano e francês, pagando taxas baixíssimas de importação, levou-os ao abandono dessa cultura em favor da pecuária, da produção do charque, do couro e de outros artigos.

Este não foi o único óbice dos açorianos na sua aventura. Desde a viagem das ilhas, até a instalação em terras brasileiras, só somaram dificuldades. As terras prometidas que seriam distribuídas pela coroa e os incentivos para cultivá-las nunca chegaram e os que não morreram na dura viagem, só encontraram problemas nos primeiros anos de permanência na colônia.

Assim, duas sociedades passam a coexistir no espaço gaúcho: a dos estancieiros, criadores de gado, produtores de charque, couro e sebo, localizados na "zona da Campanha", e a dos pequenos produtores (açorianos), que se localizaram na Depressão Central e no Litoral.

Essas duas sociedades se organizaram para a produção, diferentemente: enquanto a primeira desenvolvia a criação de gado em grandes extensões de terra (latifúndio) e empregava mão-de-obra escrava e de peões, a segunda desenvolvia culturas para subsistência (e comercialização de pequenas

quantidades) em pequenas extensões de terra (minifúndios) e empregava mão-de-obra familiar.

Esses tipos de atividade econômica e o regime de posse da terra geraram sociedades diferentes: a primeira era rígida, tradicional, hierárquica, tal como a própria divisão do trabalho, e a segunda mais igualitária e dinâmica. Porém ambas serviram aos interesses da metrópole e do centro-sul do país. Era nas coxilhas da região da Campanha que as estâncias de criação concentravam o poder militar e econômico. A questão regional incorporada na identidade gaúcha é a semente germinal da formação deste espaço. Ela passa a ser um território articulador de resistências sócio-políticas e também um espaço simbólico de identidade cultural.¹⁷ É o espaço incorporado ao caráter da oligarquia pastoril latifundiária regional.

No decorrer do século 19, com a chegada de imigrantes italianos e alemães, esta sociedade que identifica a Campanha como o espaço rio-grandense, vai ser obrigada a incorporar à sua hegemonia política, o novo espaço social da colônia minifundiária, que se perfilava geopoliticamente antagônica à base sócio-política existente na Campanha.

A intensidade das relações com os centros hegemônicos do rio da Prata, por um lado, e o espaço colonial minifundiário por outro afirmam a identidade e as contradições regionais.

Se a pecuária foi a forma extensiva que viabilizou o povoamento e a expansão de núcleos populacionais no extremo sul brasileiro, a militarização, foi a garantia

estratégica de ocupação através de fortes, presídios, guardas e acampamentos militares.

Se o século 18 foi o período de lutas para a conquista do território, nos seus últimos anos e nas primeiras décadas do 19, as batalhas foram para sua manutenção. Esta situação valeu a esta Província uma constante prontidão militar, sob a qual surgem e se desenvolvem muitos núcleos de povoação. São povoados que dominarão extensivamente este território, para garantir as conquistas acordadas no tratado de paz de 1801 e os posteriores, assinados após a independência do Uruguai e da Argentina. Dentro deste quadro se desenvolverão cidades como Bagé, Jaguarão e Alegrete, entre outros

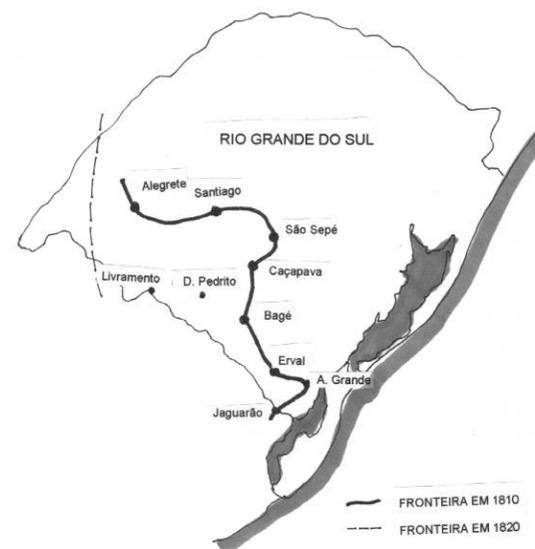


Fig. 07: A definição dos limites do Rio Grande do Sul, em 1820

¹⁷ Paladino, Frutuoso, op.cit. p. 50

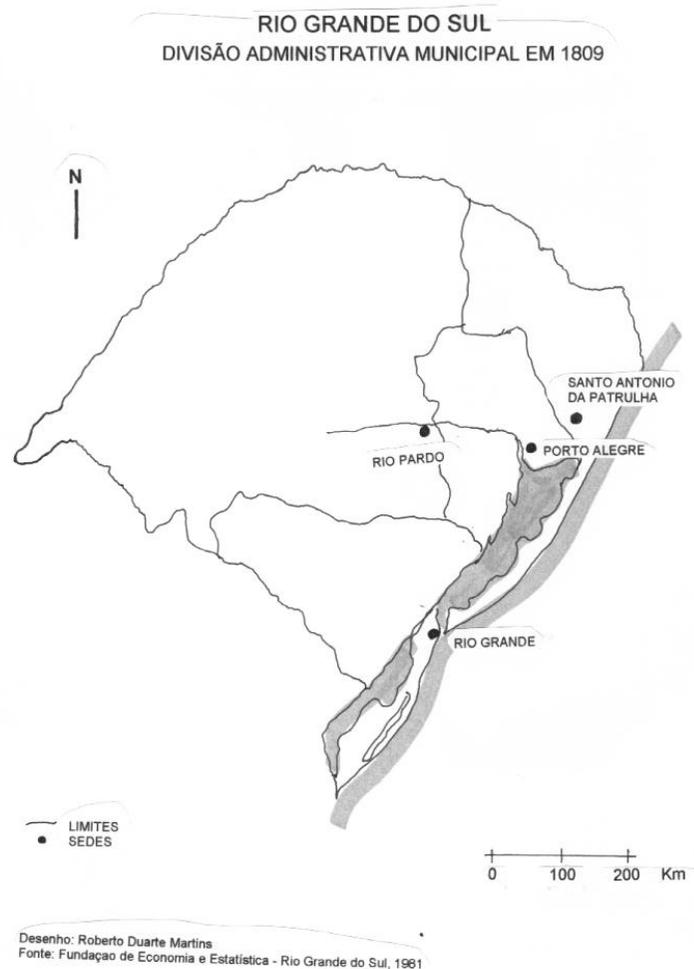


Fig. 08: Primeira divisão municipal do Rio Grande do Sul

Esta prontidão militar que fazia parte da preocupação cotidiana nos primeiros anos de ocupação, valeria ao Rio Grande do Sul um movimento constante de reforço de tropas e aperfeiçoamento militar.

Enquanto isto, a colonização açoriana, em outro espaço e diferente forma de produção, garantiu o abastecimento de alimentos.

Processo de ocupação:: pertinências e particularidades¹⁸

O território do Rio Grande do Sul constitui-se com o avanço lusitano nos domínios espanhóis. Esse espaço geográfico, durante o período colonial, foi cenário de constantes disputas entre as duas coroas ibéricas.

O longo processo de luta entre Espanha e Portugal pelo controle da bacia do Prata se deu pelas vias diplomáticas e militar, intercalando a conquista e a reconquista do chamado “Continente de São Pedro” ou o “Tape”. O Rio Grande do Sul só se tornou realidade sob a permanente vigília das armas. A simples sucessão administrativa o comprova: basta ver que

¹⁸ Neste trabalho, o termo ocupação refere-se à tomada das terras livres e desocupadas, ou as contíguas, às já ocupadas (povoamento da "fronteira"). No que se refere à urbanização, entende-se como "o processo de formação da rede de cidades" (...) "que implica no estudo do conjunto das condições que determinam a distribuição das cidades (numa área) e as razões do crescimento diferenciado a que estiveram sujeitas" Barroso, Vera, op.cit., p.36

todos seus governantes, de 1737 a 1822, isto é, desde a fundação do primeiro povoado português até a independência do país, foram militares.

Tentativas diplomáticas para fixar os limites fronteiriços: a divisão do "novo mundo" e as conseqüências na região

É oportuno recordar que esta ocupação portuguesa ocorria em terras espanholas, pois ainda era o velho tratado de Tordesillas, que vigorava naquele momento, ou pelo menos deveria vigorar.

Quando no final do século 15, portugueses e espanhóis iniciaram a divisão do "Novo Mundo" entre si, estavam dividindo terras desconhecidas, o que evidentemente prejudicaria alguma das partes. Neste caso foi Portugal que se sentiu inferiorizado nesta partilha e, aproveitando o período da unificação das Coroas Portuguesa e Espanhola (1580-1640), penetrou no território situado além da "linha" que dividia as posses coloniais. Considere-se ainda que outras nações estavam interessadas em compartilhar do reparto destas terras, razão pela qual tais tratados funcionaram mais como catalisador em momentos de tensão entre as coroas ibéricas. Principalmente ingleses, franceses e holandês, fizeram suas incursões pelo novo continente.

Por este primeiro tratado, apesar de algumas divergências sobre por que terra exatamente passava a "linha" que dividia as posses de ambas nações, não há dúvidas que o atual território do Rio Grande do Sul e o vizinho Uruguai, localizavam-se do lado espanhol.

Porém, os bandeirantes exploradores portugueses, na sua aventura pelo interior da colônia em busca de riquezas e escravos indígenas, chegaram até o rio de la Plata, fundando em 1680, a Colônia do Sacramento, um posto avançado com a função de garantir a participação portuguesa no comércio que se realizava nesta região, principalmente do contrabando da prata de Potosi e de couros dos rebanhos da região platina.

Para criar um ponto intermediário entre Laguna e Colônia do Sacramento, em 1737, foi fundada a cidade de Rio Grande, primeiro estabelecimento oficial português no Rio Grande do Sul. Foi uma fundação militar, como outras que a ela vão se seguir, a partir de um forte e um presídio, como núcleo da futura povoação. O "presídio" enfatizava o caráter militar, uma vez que o significado de presídio, na época, era praça de guerra, ou a sua guarnição¹⁹. Era conseqüência das disputas fronteiriças entre as coroas ibéricas que nos anos 1700 começavam a se acentuar. O caráter militar da ocupação impôs a criação de outros fortes e presídios.

Evidentemente que desde o momento da Restauração (fim da união das Coroas Portuguesa e Espanhola), as contendas foram inevitáveis. Os espanhóis não se conformaram com estas investidas portuguesas e a Colônia do Sacramento foi várias vezes sitiada e tomada pelos homens de Buenos Aires, e outras tantas recuperadas pelos portugueses.

As disputas territoriais se acentuam, a diplomacia tenta, mais uma vez através de tratados, equacionar a divisão de terras e

¹⁹ Cesar, Guilhermino, op. cit., p. 104

dar ordem às invasões que em "ambos os lados" vão se sucedendo.

O Tratado de Madrid, assinado em 1750, redesenha as fronteiras americanas entre Portugal e Espanha. Era mais um acerto diplomático que procurava definir os limites coloniais na região platina. Existe muita controvérsia sobre os interesses ocultos neste Tratado. Pelo acordo, Portugal ganhara parte da região missioneira jesuíta, no noroeste do Rio Grande do Sul, os chamados "Sete Povos das Missões" (dos 30 estabelecidos nas duas margens do rio Uruguai), com cerca de aproximadamente 75 mil habitantes.

Os índios guaranis, sob o comando dos jesuítas espanhóis, estavam organizados de maneira peculiar (apesar de formalmente submetidos à Castela), com uma forma de "república", orgulhosa de sua riqueza e ciosa de sua autonomia.

Estes índios resistiram à idéia de se colocarem sob a dominação dos portugueses, cujos fiéis vassalos (os paulistas) os haviam atacado tão brutalmente, resultando no que se conhece como "Guerras Guaraníticas", onde portugueses e espanhóis derrotaram os índios rebelados.

Apesar das desigualdades de poder bélico, inicialmente os aliados ibéricos sofreram algumas derrotas. Quando finalmente conseguem unir suas forças, a derrota indígena foi catastrófica.

No início de 1761 houve um distrato e as duas monarquias ibéricas assinaram outro tratado em El Pardo.

Em 1763 os espanhóis, comandados por Cevallos, Governador de Buenos Aires, invadem a cidade de Rio Grande, que naquele momento era a capital da Província do Rio Grande de São Pedro. Por mais de 10 anos o território do atual Estado fica com mais da metade de posse espanhola, embora com os limites muito indefinidos. A capital se transferiu para Viamão, ao norte da Lagoa dos Patos até 1773. Esta invasão seria uma reação do Governador ao constatar os verdadeiros interesses de Portugal com o Tratado de 1750, que seria derrotar os jesuítas e não entregar a Colônia do Sacramento aos espanhóis.²⁰

Em 1777, é assinado o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual Portugal perdia Missões e anexava às suas posses uma zona meridional, abaixo até abaixo do rio Jaguarão e Lagoa Mirim.

Por este último tratado, havia zonas do território em que as partes não chegavam a um acordo e por causa disto eram configurados com "campos neutrais", ou seja, na prática, terra de ninguém. Um destes territórios situava-se no entorno próximos à Lagoa Mirim e rio Jaguarão,

É óbvio que isto intensificou o comércio clandestino na região. De um lado para outro cruzavam gado, couro e prata; desde o lado português varias mercadorias eram enviadas mas havia

²⁰ Puntoni, Pedro, *Brasil: colonização e resistência. A luta das comunidades indígenas contra os portugueses*, in: Revista Ciência hoje, Rio de Janeiro: SBPC, vol. 28, nº 164, setembro de 2000. p. 47.



Fig. 09: América do Sul; Tratado de Tordesillas e a rota da prata: oficial e contrabando.

a marcada preferência platina pelo tabaco, escravos e tecidos, entre outros produtos.²¹

Essa região dos campos neutrais transformou-se em um dos lugares-chaves para sua travessia pelas facilidades que ofereciam, pois a fiscalização não existia. Quando tratava-se de contrabando de gado em pé, o rio Jaguarão era um dos pontos preferidos, por exemplo: “Cinco, dez mil rezes ou até mais passavam de uma só vez, necessitando a presença de um número que variava de 40 a 150 homens a cavalo e todos armados”,²²

Os contrabandistas foram personagens importantes da formação histórica da fronteira platina, incluindo nela a campanha rio-grandense.

Fiscais aduaneiros, administradores e funcionários, estancieiros, comerciantes e homens de negócio, indivíduos isolados ou em grupos, estavam de alguma forma ligados ao comércio ilegal e este, tanto poderia ser um meio de sobrevivência, quanto uma atividade profissional. Assim, o contrabando tornou-se um fenômeno estrutural em toda a fronteira, fazendo parte do cotidiano local: “O delito do contrabando não afetava a honorabilidade dos homens”.²³

²¹ Bleil de Souza, Susana, *Os caminhos e os homens do contrabando*, in Castello Iára e outros (org.), *Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o Mercosul*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995. pg. 128.

²² Bleil de Souza, op..cit. p. 128.

²³ Bleil de Souza, op. cit., p.137.

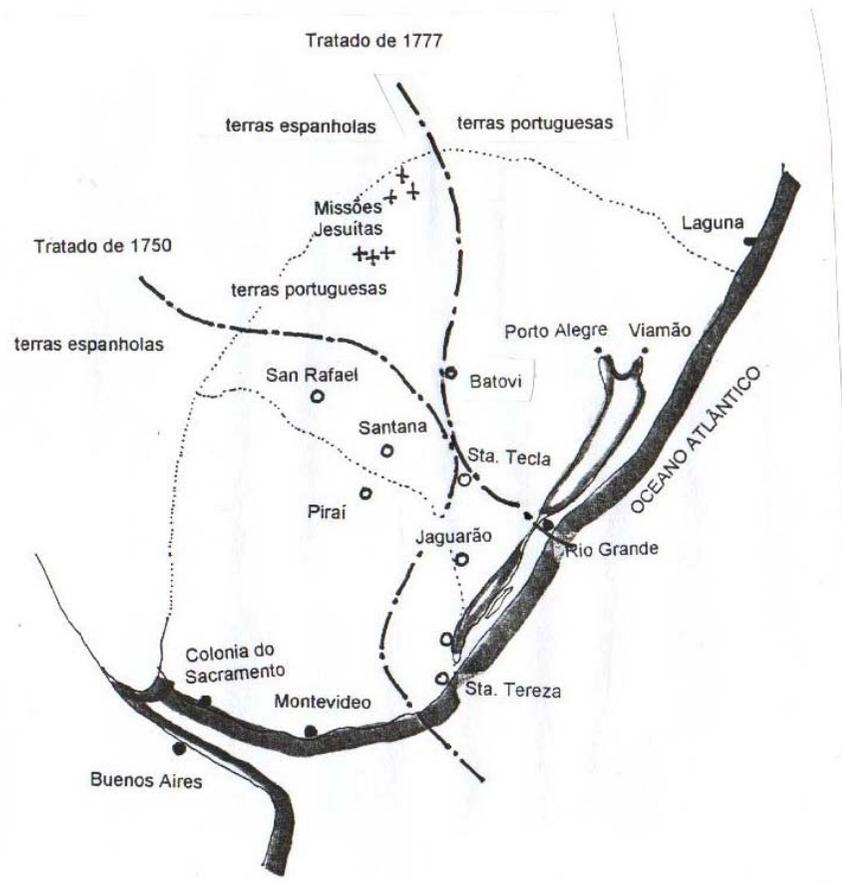


Fig. 10: Tratado de Madrid e de Santo Ildefonso

"El contrabando estaba ya enraizado en las formas de supervivencia del medio rural, en una frontera móvil de difícil custodia. Incluso algunos oficiales destinados a combatir el comercio ilícito habían hecho fortuna con los sobornos".²⁴



Fig. 11: Passagem de gado pelo rio Jaguarão (IHGJ/Arquivo)

Para os homens da fronteira, não havia o caráter de um limite, de marca divisória entre dois estranhos. Ao contrário de outras fronteiras, esta do sul do continente, com a própria questão comum do gado, levou a inter-relação de territórios e povos, ao contrário do que desejavam as chancelarias das

²⁴ Anônimo, *Notícias sobre el Río de la Plata: Montevideo en el siglo XVIII*, Madrid: Historia 16, 1988. p.37.

metrópoles coloniais. “Foi o mundo do negócio, da verdade geográfica em contradição com a norma legal.”²⁵

Considere-se ainda que havia a questão da dificuldade de critério para distinguir no “campo indiviso, um platino de um brasileiro do sul,” tamanha identidade exterior de ambos, apresentada nos trajes, nos hábitos, semelhantes em função da vida campeira, modelada pela pecuária...”²⁶

Nos planos e objetivos oficiais portugueses, a obsessão conquistadora por aquele território, fazia com que se firmassem e desobedecessem tratados, expedindo cartas de sesmarias além da fronteira estabelecida. Portugal vai empurrando seus domínios ao sul e ao oeste, o que não fizeram os espanhóis. Estes tinham como política colonizadora a fundação de grandes cidades, não cuidando de pulverizar o povoamento, a não ser com a Igreja a seu serviço.

Muitas das aglomerações que se formavam no entorno das instalações militares, criadas após os Tratados de 1750 e 1777, foram responsáveis pelo início das povoações urbanas ou por sua elevação à categoria de freguesia: Arroio Grande, Bagé, Piratini, Erval, Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Quaraí, são alguns exemplos. Ao mesmo tempo, teve início o povoamento da retaguarda de Alegrete, Itaqui e São Gabriel, protegendo a nova fronteira.

A cada avanço ou recuo das fronteiras - determinadas pelos tratados entre Espanha e Portugal -, foram criadas

Rio Grande, inicia seu povoamento em 1737, sendo elevada a Vila em 1747; Viamão, 1744; Triunfo, em 1754; Sto. Antônio da Patrulha, em 1763; Taquari, em 1765; Vacaria, em 1768; Rio Pardo, em 1769; Porto Alegre, em 1772; Cachoeira, em 1777; Osório, 1773.

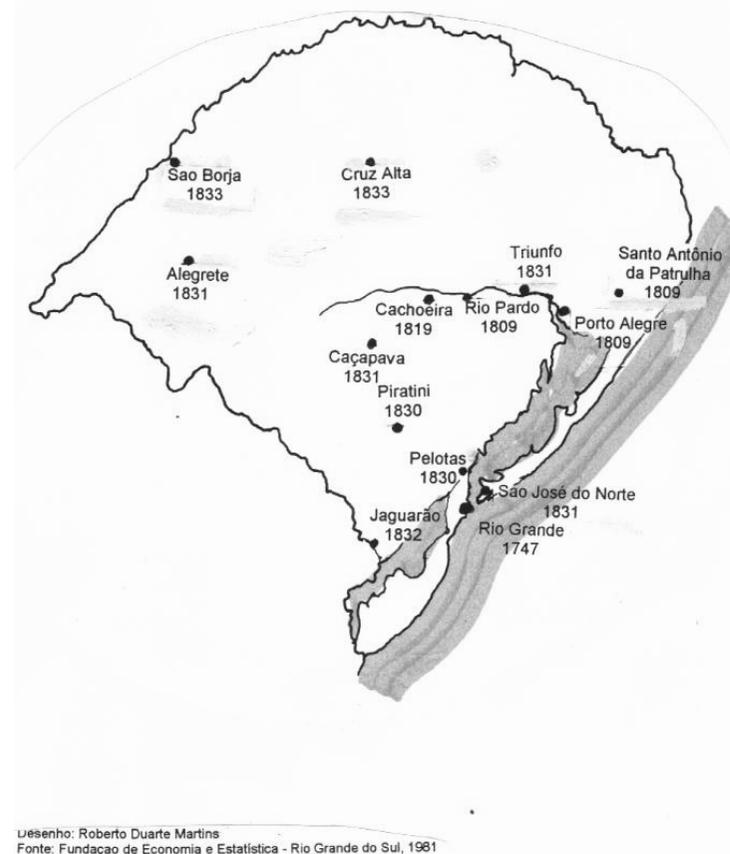
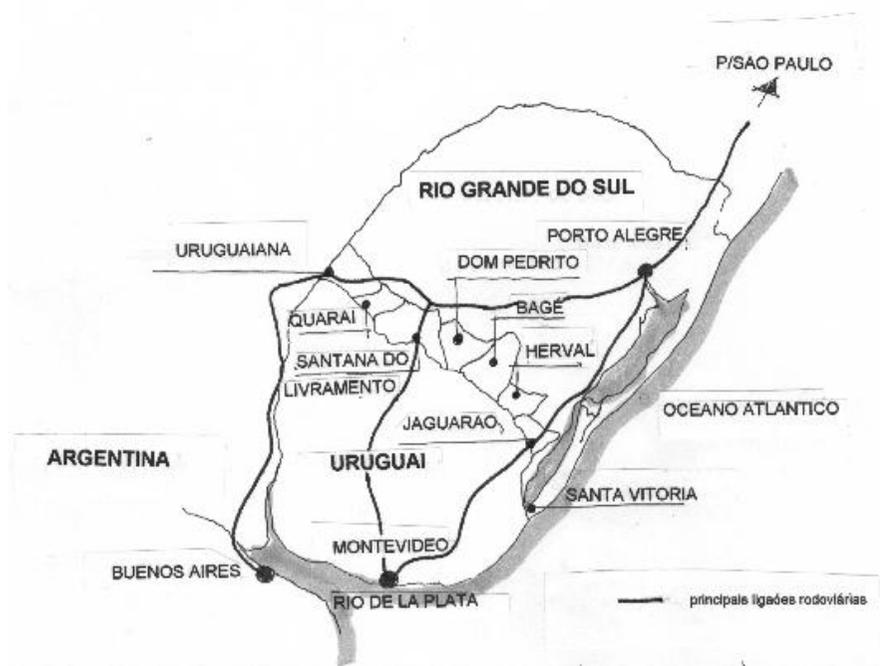


Fig. 12: Primeira rede de Vilas no Rio Grande do Sul

²⁵ Bleil de Souza, op. cit., p.137

²⁶ Cesar, Guilhermino, op.cit.,p.106.



CIDADES DA FRONTEIRA SUL	INICIO POVOAMENTO	MUNICIPIO (Instalação)	CIDADE (decreto)
URUGUAIANA	1843	1847	1874
QUARAI	1820	1875	1890
LIVRAMENTO	1818	1857	1876
DOM PEDRITO	1800	1873	1888
BAGÉ	1811	1847	1859
HERVAL	1791	1883	1938
JAGUARAO	1752	1833	1855
STA VITORIA	1855	1874	1888

Fig. 13: Plataformas de povoamento que surgem com os avanços e recuos da fronteira

"plataformas" de povoamento, em geral doação de datas ou sesmaria, que se constituíram na gênese do povoamento dos atuais núcleos urbanos. Esses povoamentos pontuais objetivavam garantir a territorialidade ou, pelo menos, apresentar argumentos à discussão diplomática. Eram, certamente, símbolos poderosos²⁷.

É importante destacar que, os militares que participavam nas comissões de demarcação na área de fronteira, tiveram uma atuação destacada na construção destas incipientes povoações que surgem junto às instalações de defesa, e que contribuirão efetivamente com seus conhecimentos técnicos e, inclusive com a mão-de-obra dos soldados, para a execução de obras urbanas e rurais.

Esta rede de povoados, alguns já delimitados como freguesia no final do século 18, funcionou como marco avançado que delimitava as posses do território conquistado, mecanismo que os portugueses utilizaram para empurrar esta fronteira, ocupando suas terras livres com maior disposição que os espanhóis.

No restante, existiam povoados menores caracterizados ainda como capelas e, como tal, não tinham limites configurados, estando sob a jurisdição eclesiástica e, conseqüentemente, civil de uma freguesia.

Contudo, se havia uma concentração populacional sediada na região centro-norte e imediações do litoral norte, isto não ocultava a crescente hegemonia da sociedade pastoril, cuja

²⁷ Neves Gervásio Rodrigues, *A Rede urbana e as Fronteiras: notas prévias*, in (varios autores) *O Rio Grande do Sul Urbano*, Porto Alegre: FEE 1990. p.119

dominação se acentuava com a expansão das charqueadas no sul, que vai tomar vulto especialmente ao longo do século 19.

Não se pode dissociar o estudo sobre cidades desta região do processo de urbanização e colonização da América Latina como um todo e do Brasil, em particular. Se por um lado as cidades eram formadas por uma sociedade com estruturas internas próprias, por outro faziam parte de uma rede estendida por todo continente conquistado, para reforçar o processo econômico projetado pelas metrópoles²⁸.

Historicamente, até o século 19, a regra geral de ocupação do território brasileiro foi a de uma intensa rede urbana na área litorânea, que dentro da política colonial representava uma fronteira em relação a Europa, em oposição aos grandes vazios da área ocidental do interior da Colônia, com exceção de algumas regiões que ofereciam minerais e pedras preciosas a partir do fim do século 17.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul, a costa litorânea não oferecia facilidades portuárias, apresentava um clima hostil, sendo conhecida, como foi visto, por seu litoral repulsivo aos navegadores. Mas seguindo a lógica de localização das cidades em regiões fronteiriças, na zona de fronteira-sul, vilas e cidades foram surgindo geralmente no entorno de instalações militares de defesa.

Analisando sob este aspecto, podemos dizer que as condições que o litoral não oferecia, foram oportunizadas pela

²⁸ Cardoso, Ciro Flamarion e Brignoli, Hector Perez, *História Econômica da América Latina*, Rio de Janeiro: Grall, 1988. p.63

fronteira. Aqui nesta região sul brasileira, quando se compara o processo de ocupação do seu território com o das regiões do norte, pode-se dizer que o "litoral foi a fronteira".

A ocupação do território rio-grandense teve início por volta do século 17, com a penetração das bandeiras paulistas em busca do indígena das reduções jesuíticas, em virtude da escassez de mão-de-obra no Nordeste brasileiro, pelo bloqueio holandês ao tráfico negreiro na África.

Estas investidas às missões jesuíticas eram "toleradas" pelos governantes portugueses, uma vez que a presença destes jesuítas no território sulino, representava uma ameaça ao plano expansionista lusitano. Este processo culminou com a destruição e pilhagem das instalações jesuíticas, que forçados a abandonarem seu projeto, deixaram solto no campo, muito gado selvagem a multiplicar-se, o que realmente ocorreu em proporções assombrosas.

Este gado será o responsável pela viabilização econômica do Rio Grande do Sul, até então menosprezado pelas frentes de conquista e vai proporcionar condições para iniciar o povoamento europeu do território rio-grandense, a partir do início do séc. 18. O interesse econômico no Estado passa a ser a captura desse gado xucro.

O fato da terra sulina não oferecer inicialmente as vantagens econômicas como o que ocorria em outras regiões ao norte da colônia, acrescida sua posição geográfica distante dos centros e em território disputado entre Espanha e Portugal, são colocadas como justificativas de seu relativo povoamento tardio.

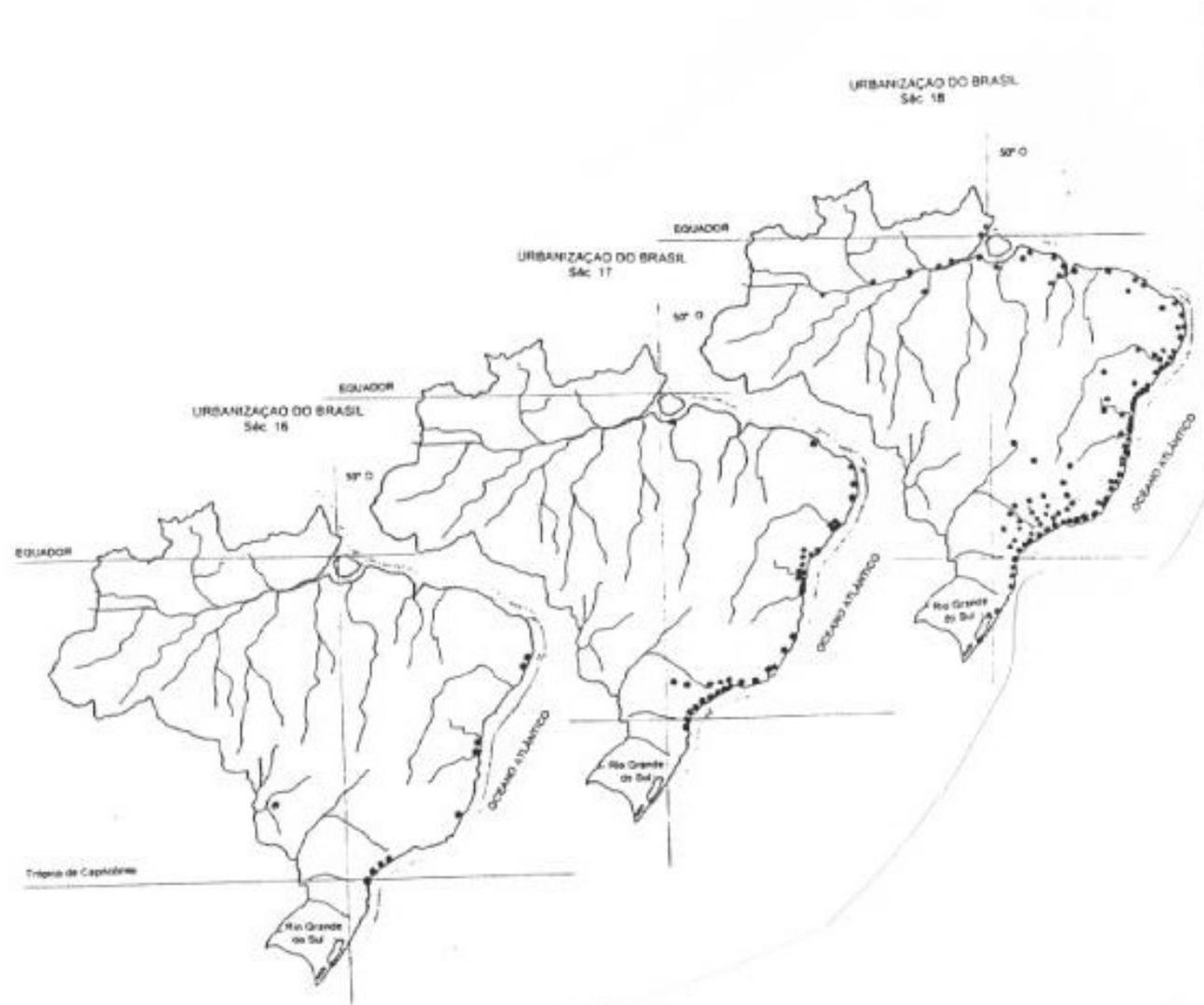


Fig. 14: Até o século 19 a urbanização do território brasileiro se caracteriza pela ocupação das terras litorâneas

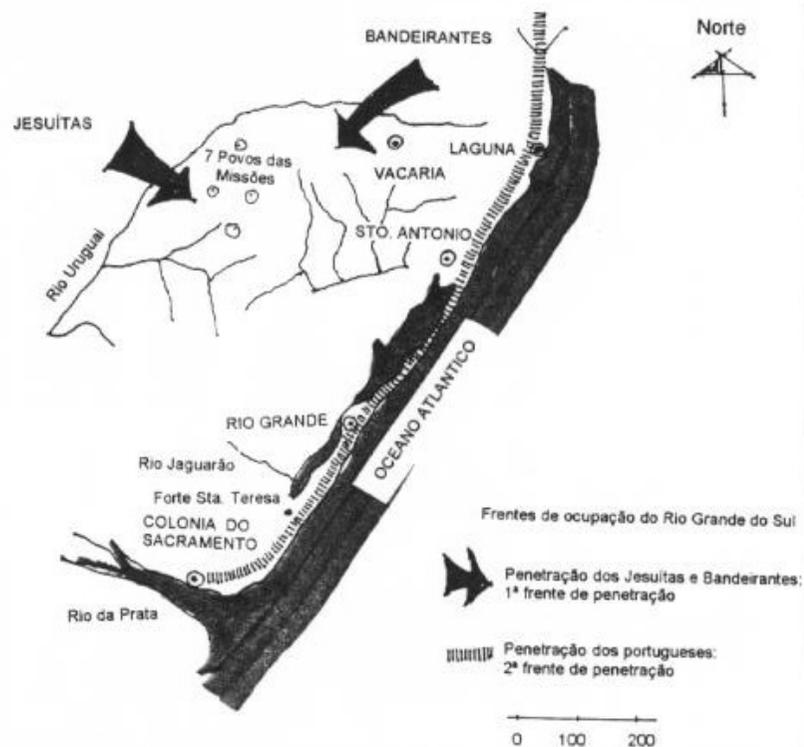


Fig. 15: Início da ocupação do território do Rio Grande do Sul

Estes aspectos de sua formação colocam algumas interrogativas, como por exemplo até que ponto este isolamento em relação aos centros de decisão, pode ter oferecido condições para que nesta região se desenvolvessem cidades com características distintas do restante da Colônia? Também remete a questões referentes às prováveis influências que o vizinho do Uruguai, colonizado pelos espanhóis, teve na região e como isto pode ter refletido na formação e estruturação social e espacial na região fronteira do Estado. Até que ponto esta "integração" que normalmente ocorre com os entornos pode ter recriado uma sociedade e um espaço distinto das cidades litorâneas ao norte da colônia, tão homogêneas entre si²⁹?

O mercado mineiro: fator de desenvolvimento econômico da fronteira sul

Tradicionalmente nas regiões de mineração, a excessiva concentração de recursos nos trabalhos de extração conduz sempre a grandes dificuldades de abastecimento. A região mineira brasileira, em Minas Gerais, não fugiu a este processo. Por isso, o ciclo do ouro incentivou as atividades subsidiárias de subsistência das minas, viabilizando o desenvolvimento da produção de carne seca (charque) que

²⁹ Reis Filho, Nestor Goulart, *Quadros da Arquitetura no Brasil*, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970. p.22: o autor enfatiza sobre ao fato de que a uma determinada "a uniformidade dos terrenos, correspondia a dos partidos arquitetônicos (...) no Pará, Recife, Salvador...."

começava a ser produzida no sul da colônia e a criação de mulas, tão necessárias para o transporte naquela região mineira.

Desta maneira, a economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para todas as regiões vizinhas, proporcionou a densificação do território sulino e também expansão da rede urbana brasileira³⁰.

Para explorar a riqueza do gado solto nos campos e dominar a Bacia do Rio da Prata, Portugal efetivamente avança seus domínios territoriais e constrói em 1680, uma fortaleza na margem setentrional do Rio da Prata, bem diante de Buenos Aires, com o nome de Colônia do Sacramento. Este reduto avançado várias vezes caiu em mãos espanholas, tantas foi recuperado, até que com a criação do estado uruguaio, em 1826, os limites foram definidos.

Por terra, paulistas e lagunistas foram abrindo os caminhos em direção ao sul, onde abundavam as mulas e o gado. Primeiro num roteiro natural da praia, por terras litorâneas, apesar das dificuldades que interceptavam as trilhas. Porém a partir de 1734 já utilizavam um caminho interior, evitando os transtornos das primeiras viagens. A partir das trilhas e caminhos destes tropeiros, foram surgindo núcleos nos locais de descanso, abastecimentos e travessias de rios. Se improvisavam currais, invernadas eram estabelecidas e muitos tropeiros foram se "arranchando". Assim nasceram as primeiras "estâncias de criação", numa época em que não

existia ainda qualquer povoamento na região. Estava a região, portanto, se integrando como subsidiária à economia central da Colônia, com o comércio de gado e mulas, passando o Rio Grande do Sul a representar importante suporte da economia central de exportação. As condições naturais do seu território favoreceram o processo de ocupação e desenvolvimento do setor primário básico da economia do Estado: a pecuária e posteriormente a agricultura.

Se o interesse econômico português era apoderar-se do gado, seu interesse político era a posse de novas terras e a garantia de acesso ao mercado platino. Para garantir estas conquistas, em 1732 a coroa portuguesa inicia a concessão de "terras abandonadas", atendendo às solicitações dos tropeiros que pretendiam se estabelecer na região. Desta forma, se "oficializava" o domínio português na região.

A distribuição de "sesmarias": estratégia política para consolidar a posse da fronteira

Estas terras abandonadas ou incultas, chamadas de "sesmarias" que os reis de Portugal davam para serem cultivadas, foram concedidas para os súditos da Coroa. Era comum que os terrenos mais valorizados ficassem reservados às pessoas mais influentes, nem sempre moradores locais. Houve também muitas solicitações de terras feitas por militares, servidores da Metrópole, que vieram em função das

³⁰ Furtado, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Nacional, 1989. p.76

guerras e das demarcações, e que haviam permanecido no local.

Esta Lei das Sesmarias³¹ já era conhecida em Portugal e havia sido posta em prática no século 14, momento em que este país entrou em crise pelo abandono de terras aráveis, pois grande parte de sua população campesina emigrara para os centros urbanos da época. A aplicação desta Lei na Metrópole, visava responder ao mesmo tempo, um problema agrário e social. Na região sul do Brasil, seu objetivo era incentivar ao povoamento e dar início à uma agricultura comercializável no mercado europeu, e também para a

³¹ A denominação sesmaria, segundo Ruy Cirne Lima em *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, São Paulo, 1990, para uns, deriva de *sesma*, medida de divisã das terras do alfoz; para outros, de *sesma* ou *sesmo*, que significa a sexta parte de qualquer coisa; ou ainda, para outros, do baixo latim *caesina*, que quer dizer incisao, corte.

Promulgada em 1375, pelo Rei D. Fernando I, a Lei das Sesmarias aproveitava e fazia reviver certos preceitos antigos, leis esparsas e costumes isolados, transformando-s numa das primeiras leis agrárias da Europa que mereça tal nome. Para a servir e executar, recorreu aos homens que nos conselhos demarcavam e repartiam as terras e coutadas e, do seu velho nome de sesmeiros e das glebas por eles dadas, o diploma legislativo passou à posteridade com o nome de lei das sesmarias, não tendo com as antigas sesmarias senão um ponto de contato: a obrigatoriedade do cultivo como condição de posse da terra e a expropriação da gleba ao proprietário que a deixasse inculta. Rau, Virginia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1982, p.87, citado por Rhoden, Luiz Fernando, em "O traçado urbano português no Brasil Meridional: origem e evolução - 1737-1777", dissertação apresentada no CPG/PUC/RS, 1986

ampliação da base de defesa de sua vasta colônia, com dificuldades de pessoal para defendê-la.

Caracterizava-se pela vastidão da área, apesar da limitação legal de três léguas quadradas, ou seja, um retângulo de uma légua por três, (6,6 Km por 19,8 Km) aproximadamente 13.000 ha. As irregularidades começaram a aparecer quando ao invés do disposto, cada pessoa da família do proprietário recebia a quota familiar, de modo que essa era multiplicada pelo número de parentes, chegando algumas propriedades a 70.000 ha ou mais³². Como resultado, a região continuava rarefeita, pouco povoada com alguns proprietários, mas com seu território já distribuído em grandes propriedades, onde se desenvolvia a pecuária extensiva. Essa forma de distribuição caracterizou a região do sul da Província e deu origem a uma sociedade latifundiária, patriarcal e hierárquica de senhores, peões e escravos³³.

Nestas grandes propriedades rurais, o esquema de segurança da fronteira era montado pelos próprios latifundiários. Ao defender seus interesses, os seus bens, estava automaticamente garantindo o controle e domínio da

³² Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974: segundo relato deste naturalista, os abusos na distribuição de sesmarias eram freqüentes, "pois os coronéis iam requerendo - e obtendo (muitas vezes por extorsão ou sumária expulsão dos antigos ocupantes) sesmarias no nome da mulher e de cada filho, até para o que ainda estava por nascer"

³³ Ferraz de Souza, Célia, *A dicotomia regional e as formações urbanas no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre:GEDURB/UFRGS, 1991. p.10

área lusitana. A lida do gado era feita pelos "peões"³⁴ da estância³⁵, que por sua vez eram controlados pelos "capatazes"³⁶. Esses peões e capatazes, embora homens livres, eram fortemente atrelados ao estancieiro, e além de sua função específica, tinham de defender a propriedade, o proprietário, e a sua família, dos ataques espanhóis, já que as lutas pelos limites permaneciam. Esse traço de relação vai permanecer ainda por muito tempo nas estâncias gaúchas.

A posse da terra também estava vinculada com seu cultivo obrigatório, e exigia que o futuro sesmeiro comprovasse possuir condições financeiras de arcar com as despesas exigidas para os estabelecimentos agrícolas e a defesa da terra. Evidente que nem sempre estes requisitos eram cumpridos. Às vezes o sesmeiro abandonava sua terra por falta de condições, como também era muito comum que sequer chegasse a ocupar esta terra um dia. Por isso era freqüente a existência de "terrenos devolutos", que eram aqueles que estavam desocupados e, com o tempo, foram sendo ocupados por novos colonos. Como o processo de regularização de posse dos terrenos era lento, eram comuns os casos em que os colonos se apossavam das terras, para depois requererem uma concessão de sesmaria.

³⁴ Trabalhador rural que executa serviços ligados ao pastoreio; condutor de tropas.

³⁵ Estância: termo empregado no Rio Grande do Sul, para designar uma grande propriedade rural, que tem na criação de gado, sua atividade principal.

³⁶ Espécie de administradores das fazendas. Homens de confiança do proprietário

"Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pode, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição de domínio".³⁷

Na prática, a concessão de sesmarias partia com o candidato se instalando numa determinada região, iniciando uma exploração econômica e construindo suas benfeitorias. Após cinco anos de ocupação comprovada, poderia requerer a oficialização da posse de sua sesmaria, que lhe era dada em caráter provisório pelo comandante militar. Após outro período mínimo de dez anos, a doação poderia ser efetivada de forma definitiva através do governo central, no Rio de Janeiro³⁸.

A confirmação das concessões de sesmarias dependia, também, de medição e de demarcação judicial das terras. Não podia obter sesmaria quem tivesse já logrado concessão anterior. Esta foi uma das normas mais desrespeitadas e também mais um motivo da existência do latifúndio no Brasil.

No Rio Grande do Sul, a Coroa portuguesa iniciou a concessão de sesmarias em 1732, atendendo às solicitações dos tropeiros que pretendiam se estabelecer na região. Manoel Gonçalves Ribeiro recebe a primeira sesmaria, em Tramandaí.

³⁷ Cirne Lima, Ruy, op.cit. p.51.

³⁸ Weimer, Günter, *A Arquitetura*, Porto Alegre: ed. UFRGS, 1992. p.37

Pelo interior, seguindo o caminho das tropas de gado, em improvisados currais, "invernadas"³⁹ eram estabelecidas, muitos tropeiros foram se "arranchando"⁴⁰ e assim nasceram as primeiras "estâncias", antes referidas.

Em algumas doações de sesmarias a particulares, havia previsão para fundação de povoados, e para tal eram reservadas frações da terra doada. Algumas destas reservas não tiveram o destino previsto, como se observa, por exemplo, através de um ofício do Governo da Província pedindo esclarecimentos à Câmara, a respeito da sesmaria dada a Antônio Francisco dos Santos Abreu, em 1790, na localidade de Herval (antigo território vinculado a Jaguarão). A resposta da Câmara, conforme ata de 06/12/1883, dizia:

"nessa doação, feita ao referido Abreu estava reservada a extensão de meia légua quadrada de terras, para a fundação de um povoado. Que esse campo ficava à margem esquerda do rio Jaguarão e nele se achava o passo do Centurião no Município do Herval (...) e pelas diversas medições judiciais, ai feitas, nunca ficou reservada a meia légua de campo destinada para o povoado".

Mas o que não há dúvida é que a sesmaria foi o núcleo da fazenda, latifúndio onde além de desenvolver a pecuária, foi um centro de irradiação social e político, núcleo formador do patriarcado rural e da democracia campesina. Ali se

³⁹ Local onde se recolhe o gado para descansar e engordar.

⁴⁰ Reunir-se em "ranchos", que são construções simples, que servem de abrigo, localizados a beira de estrada ou caminho rural.

desenvolveriam os costumes, a tradição, os hábitos e lendas, a economia e a literatura gaúcha⁴¹.

A singularidade dessa política de distribuição de terras pela Coroa portuguesa, consistia em que, ao legalizar a posse, transferia para "sesmeiro" o ônus da manutenção deste território, garantindo e resguardando automaticamente os seus domínios no extremo-sul brasileiro. Nesse contexto, a "estância" se constituía, pois, numa espécie de fortaleza.



Fig.16: Exemplo de sede de estância cuja arquitetura, por alguns detalhes construtivos, reflete suas duplas funções: de moradia e defesa.

⁴¹ Layetano, Dante, *Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1983. p.54

A partir do início do século 19, os limites do território estão praticamente definidos, mas as lutas para manutenção sua manutenção e a defesa contra os ataques dos ladrões de gado continuavam. A arquitetura de muitas sedes destas estâncias, é a melhor demonstração das funções destas propriedades.

Nas duas últimas décadas do século 18, seguiu-se no território rio-grandense uma paz que propiciou o estabelecimento regular das estâncias gaúchas.

Por esta razão, nos anos de 1780/1790/1800, aumenta consideravelmente a distribuição das sesmarias. As margens de rios, pela facilidade de comunicação, eram as terras preferidas, sendo que os rios Jacui, Piratini, Arroio Grande, Jaguarão, São Gonçalo e Camaquã são os que melhor servem de exemplo para esta afirmação. Em 1822 foi abolido o sistema.

A imensa maioria das sesmarias foi concedida na parte sul do território rio-grandense, abaixo do rio Jacui, com certeza por tratarem-se de terras planas e com grandes pastagens, portanto terreno próprio para criação de gado. Para complementar, nestes campos concentravam-se as manadas de gado alçado das vacarias das missões, o que era interessante para o governo português, pois funcionavam como verdadeiras sentinelas avançadas ao longo de toda a

DISTRIBUIÇÃO DAS SESMARIAS PELO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE O SÉCULO 18

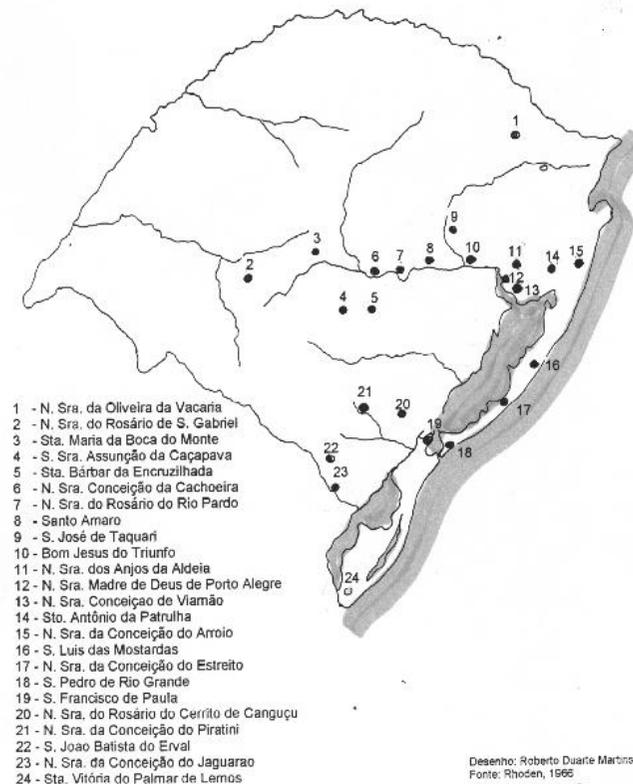


Fig. 17: Distribuição de sesmarias no Rio Grande do Sul durante o século 18. Percebe-se uma lógica de localização a partir da facilidade de comunicação oferecida pelos rios e lagoas da região.

fronteira definida pelos diferentes tratados entre Portugal e Espanha⁴².

A ocupação no tempo e espaço do território sulino teve um desenvolvimento lento e de acordo com as possibilidades de penetração, seguindo os caminhos naturais dos lagos e rios.

De 1730 a 1750: inicia o processo de ocupação na faixa costeira entre o oceano Atlântico e as grandes lagoas, de Torres ao Chui, conhecido como "antigo caminho das tropas";

De 1750 a 1780: começam a ocupar o interior da Província, acompanhando o avanço militar em direção às Missões;

De 1780 a 1822: fase em que se avultam as concessões de terras, principalmente em direção aos campos do sul.

Este processo de doação de terras através dos títulos de concessão de sesmarias e a legitimação dos "arranchementos", foi sem dúvida, responsável pelo avanço português em terras de domínio espanhol. Com certeza foi uma estratégia exitosa para os lusitanos, que conseguiram empurrar a fronteira até o Rio Uruguai a Oeste, e ao Sul, até o rio Jaguarão.

Esta forma de distribuição de terras ainda durou por muitos anos. Para se ter uma idéia, mesmo depois de abolido o sistema, em 1822 com a Independência do Brasil, existem casos de concessões alguns anos depois desta data.

Apesar do êxito do sistema sesmeiro para domínio inicial do território, não tem dúvida de que se tratava de uma ocupação

rural e dispersa. Para garantir a posse deste território era necessário algo mais potente, mais concentrado, como a fundação de cidades.

2.3. Organização política, consolidação da fronteira e desenvolvimento da região

Início da organização política rio-grandense

Com o intuito de organizar politicamente a região, o território foi dividido em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, que seriam as vilas-sedes, cada uma com sua câmara de vereadores que fariam a administração territorial de forma descentralizada e mais direta.

Com a pecuária e as charqueadas como sustentáculo econômico, a região central e as fronteiras sul e sudoeste, serão o principal ramo da riqueza sulina até o início do século 20. No caminho das tropas de gado, vão nascendo povoados e vilas, arrematados por quartelamentos militares.

Assim desse ciclo pastoril resultou a repartição do eixo centro-sul, do que nasceram as cidades de São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Dom Pedrito, Rosário, Livramento, Quaraí, São Vicente e São Sepé, no interior da Campanha; e Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Tapes, Camaquã e Arroio Grande, na região da Serra do sudeste.

⁴² Rhoden, Luiz Fernando, op.cit. p. 115

Até 1850 estava praticamente apossada a metade sul da Província. Confirmam essa tendência os mapas relativos às densidades demográficas, que demonstram terem sido os eixos Porto Alegre-Uruguaiana e, mais especificamente, Porto Alegre - Rio Grande - Livramento - Santa Maria os centros de gravidade populacional até a segunda metade do século 19.



Fig. 18: Rio Grande do Sul em 1850

A região norte, nordeste e noroeste, além do cultivo da erva mate, que exportava para diversas partes da Província e Missões, comercializava tropas de gado para o norte do país.

No tocante a urbanização verificou-se, no primeiro quartel do século.. 19, o surgimento de núcleos urbanos a partir de Rio Grande-Pelotas, na órbita de Jaguarão, Erval, Bagé, Piratini e Canguçu, motivado pelo bom desempenho das charqueadas.

Grande expansão aconteceu na Depressão Central no segundo quartel, com a proliferação de povoados em sua maioria de origem germânica, a partir da colônia mãe, São Leopoldo. Desse epicentro brotaram, nas décadas posteriores, "linhas-tronco" de comunicações nas direções sul e oeste, animando os núcleos de Tapes, Camaquã, Encruzilhada, Caçapava, Lavras, São Gabriel e Santa Maria. No rumo sudoeste a norte a criação de comunicações pulsou Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, completando-se em Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria.

No terceiro para o quarto quartel, na encosta da serra e planaltos meridional e setentrional, com a acolhida de cerca de 100.000 italianos multiplicaram-se núcleos de povoação que foram se expandindo na direção do Alto Uruguai, ao findar o século.

Nessa evolução, a organização do espaço em 1900, com 66 unidades político-administrativas, dava mostras de um acelerado crescimento populacional que no último quartel quase triplicou. De 446.962 habitantes em 1872 (em 30 municípios) passou a 1.149.070 habitantes em 1900.



Fig. 19: Rio Grande do Sul em 1900⁴³

⁴³ FEE - Fundação de Economia e Estatística, *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: sensos do RS: 1803 - 1950*, Porto Alegre: 1981, p. 45, 79 e 105.

A região da fronteira no período pré-independência

Não se justificava mais no final do século 18 e início do 19, que o Rio Grande do Sul ficasse sujeito à Capitania do Rio de Janeiro. Além do progresso já alcançado, reclamava-se maior liberdade administrativa e uma atenção especial, também pelo temor que as idéias liberais, tão vulgarizadas entre aquela população, se difundissem e conduzisse a insubordinação, como o haviam feito as colônias inglesas, contra a tutela do europeu. Finalmente, a criação da Capitania de São Pedro ocorreu em 1807, através de uma Carta de Lei expedida de Lisboa.

O curto espaço de tempo de 15 anos de Capitania (até a Independência em 1822), transcorreram com o Rio Grande em guerra ou sob vigília das armas. Apesar desta situação, quando em 1814, se faz a sucessão do Governador da Capitania, esta vê aumentada sua população, riqueza e prestígio. Era uma região economicamente organizada e socialmente evoluída.

O primeiro recenseamento geral no Rio Grande do Sul, ocorreu em 1872⁴⁴. Antes desta data, os dados demográficos referentes a esta região foram tomados por estimativas e levantamentos, portanto devem ser considerados com reservas, servindo apenas para se tenha uma idéia aproximada do crescimento desta parte do território brasileiro. Os dados referentes ao ano de 1780, revelavam uma

⁴⁴ Moreira Igor, op. cit., p.61

população total de 17.923 habitantes. Em 1814, portanto trinta e quatro anos mais tarde, sua população total contava com 67.368 habitantes, de acordo com o quadro seguinte:⁴⁵

	1780	1814	crescimento pop.
Branços	9.433	32.703	346 %
Pretos	5.102	20.611 escravos 5.399 livres	510 %
Índios	3.388	8.655	255 %
Total	17.923	67.368	375 %

Observa-se que a população ascendia de forma significativa, sendo que proporcionalmente, o menor crescimento será dos aborígenes, o que pode ser explicado pelo submissão e aniquilamento a que foram submetidos, principalmente nas guerras missionárias⁴⁶.

⁴⁵ Cesar, Guilhermino, op. cit. p. 251

⁴⁶ Para não se afastar dos objetivos deste trabalho, para o qual estes dados são importantes na medida que auxiliam o desenho da evolução dos acontecimentos relativos a ocupação do espaço sulino, e mais pontualmente na região da fronteira sul, a questão dos pretos trazidos da África como escravos, pode ser aprofundada com os estudos mais específicos sobre este tema, como os de Dante de Laytano, "O Negro no Rio Grande do Sul", in *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*, p. 35, e

Sob o ponto de vista da economia, o charque, impulsionado pela guerra civil uruguaia, que tirou a sua produção da concorrência com a indústria rio-grandense, era o produto da terra mais exportado para as outras Capitanias. Outras exportações eram da carne seca sem sal, sebo em pau, couros em cabelo, queijos, trigo em grão e farinha, biscoitos, velas de sebo, cebola, peles de veado, graxa, manteiga, cabelo de cauda e crina. Entre as importações destacavam-se fazendas, azeite doce, azeitona, vinho do Porto, açúcar, aguardente, enxadas, machados, farinha de mandioca, fumo em rolo e sal.

A navegação pelos rios e lagoas melhorava e contribuía para a aproximação entre os povoados. O comércio dava sinais de vitalidade nos maiores centros principalmente: Rio Grande, escoadouro comum de toda produção da Capitania, por via marítima; Pelotas, zona do charque, e Porto Alegre, centro administrativo.

A falta de estradas de rodagem ou de ferro, reduzia as comunicações ao transporte por água. Desta forma a cidade que possuía o privilegio de localizar-se às margens de um rio ou lagoa, com boas conexões com a capital e as regiões mais prósperas, apresentava mais possibilidades de desenvolvimento.

No entanto algumas regiões que por estas facilidades alimentavam expectativa, como no caso da fronteira sul da

Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, p.40

Província, viram este crescimento frustrado, por problemas de impossibilidade de resolver os baixios existentes nos percursos fluviais e pelo fato da atividade da criação de gado transformar-se em aventureira durante o período das guerras uruguaias. Foram fatores negativos no período de sua formação, embora, no caso das guerras, isto tenha estimulado a localização de estâncias em outros pontos da região da Campanha, mais afastados das incursões dos orientais.

Assistia-se desse modo, à definitiva caracterização de um vasto espaço, estendido ao longo dos Rios Jaguarão e Quaraí, abrangendo as cabeceiras do Ibicuí e do Negro.

Idéias liberais e independência: os contatos estimulantes na região fronteira

Entre os militares portugueses em serviço no Brasil, não eram poucos os de formação liberal. As lojas maçônicas, a que muitos deles pertenciam, ativavam as idéias democráticas por toda a parte e de tal modo se intensificou sua ação, que o próprio D. Pedro I foi eleito grão-mestre do Grande Oriente do Brasil. No Porto, de onde partira o primeiro impulso renovador da estrutura absolutista portuguesa, as lojas agiam de concerto com as congêneres espanholas e francesas. A ação política da Maçonaria repercutiu intensamente no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, os panfletos liberais, procedentes de diversos centros, principalmente do Rio de Janeiro e da península

ibérica (a Espanha restaurara em janeiro de 1820 a Constituição Liberal de 1812 e as Cortes Portuguesas decretaram em 5 de abril a extinção do Tribunal do Santo Ofício), ao lado da imprensa brasileira nascente, cooperaram de maneira ostensiva para manter o povo em guarda contra todas as formas de opressão.

Estas idéias que circulavam na Europa e Rio de Janeiro influenciavam o meio intelectual e político brasileiro, o qual estava muito inquieto naquele momento. O ano de 1820 marca o início da organização das lojas maçônicas na capitania de São Pedro. Nessas lojas, discutiam-se as idéias políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, muito em voga naquele momento. A partir dessas lojas é que as correntes de pensamento liberal entravam na Capitania.

Os maçons e os liberais procuravam adeptos nos quartéis, e isto não parecia difícil de conseguir. Com seu trabalho subterrâneo, a maçonaria conseguiu que nela se abrigassem muitos grandes patriotas que viriam a ter destaque intelectual e político brevemente. Não será completo o estudo que ignorar a influência que esta sociedade, exerceu no desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Na medida em que os maçons e a imprensa em geral avançavam na divulgação e propaganda de seus ideais, evidentemente que os contra-ataques do governo para conter esta onda independentista também se tornavam mais potentes, embora isto causasse apenas mais revolta entre os liberais.

Para concluir, as duas primeiras décadas do século 19, culminando com a Independência em 1822, foram chaves

para consolidação da Província Rio Grandense. Tanto as competições políticas européias por um lado, e das questões platinas por outro, tiveram reflexos imediatos na região, compelindo o governo de D. João VI a dar particular assistência a esta zona do Brasil Meridional.

Foi uma época de amadurecimento geral da coletividade. Houve um crescimento generalizado em vários setores, e em especial a industria das charqueadas foi a atividade que maiores benefícios.

Nas zonas de fronteira, foram estabelecidos contatos culturais estimulantes, preparando-se para tirar o melhor proveito das vantagens que poderiam ser trazidas ao país pela independência.

A consolidação da fronteira e o desenvolvimento da região a partir da metade do século 19.

Se no final do século 18 a coroa portuguesa disputava o espaço sulino confrontando-se com a Espanha, sua "legítima" proprietária, ao iniciar o século 19, Portugal avança e consolida sua posse sobre este território.

Foi durante este século que o Rio Grande do Sul saiu da condição de Capitania, se transformou em Província e finalmente em Estado. De uma população de 36.721 habitantes em 1803, chegou em 1900 com 1.149.070. Dividido administrativamente na primeira década em 4

municípios, terminava o século 19 com 66 constituídos.⁴⁷ Em todas as áreas, tais como a econômica, política, social, cultural, etc., os dados obtidos serão sempre para comprovar uma grande transformação pela qual passou este Estado durante o período correspondente ao século 19.

A configuração do território rio-grandense foi delineada em momentos de crises geradas por conflitos internos e externos, intercalados com períodos de paz. Inicialmente de forma lenta, o processo de crescimento se acelera a partir da segunda metade do século, de certa forma acompanhando as transformações pela qual passava a sociedade brasileira durante aquele momento.

A população do Rio Grande do Sul, que na primeira metade deste século teve sua população multiplicada por 4, aumentaria 8 vezes entre 1846 e 1900. Além do crescimento vegetativo, a Província recebeu grupos de imigrantes alemães e italianos, que procuravam alternativas longe da crise de seus países.

Ao nível nacional, a segunda metade do século 19 inicia com grandes transformações. Este período coincide com os primeiros movimentos para libertação da mão-de-obra escrava no país. Isto representava uma transformação radical para uma nação que tinha tradicionalmente sua produção dependente da mão-de-obra escrava.

Os mesmos ingleses que tanto lucraram com o tráfico negreiro, neste momento, para viabilizar sua revolução

⁴⁷ FEE, op. cit. p.33

industrial, pressionam fortemente contra esta prática no continente americano.

Este processo foi lento e gradual, dando tempo ao empresariado se adaptar aos novos tempos. Várias leis foram sendo aprovadas, iniciando com a proibição de novos desembarques de navios negreiros, depois a que dava liberdade aos escravos recém-nascidos, até a lei de 1888 que abolia esta prática do país.

É provável que com a extinção do tráfico, um considerável capital deixou de fluir para os comerciantes estrangeiros e possa ter sido utilizado para financiar outros empreendimentos que visassem o desenvolvimento do país. Na década correspondente aos anos 50 do século 19, ocorreu uma série de realizações econômicas inéditas até então na história brasileira. Funda-se o Banco do Brasil e o Banco Rural e Hipotecário que vão financiar a criação de numerosas empresas. Também é desta época a instalação da primeira linha telegráfica e primeira ferrovia. As exportações crescem alcançando níveis inéditos até então.

No Rio Grande esta movimentação também surtiu reflexos e o aumento das arrecadações permitiu ao governo realizar obras públicas numa escala desconhecida até aquele momento.

Numa primeira fase, os projetos concentraram-se nos prédios cujas funções estavam diretamente vinculados a sustentação das autoridades constituídas. Foram construídas cadeias e casas para Câmaras na capital da Província e nas suas principais cidades, na qual se incluía Jaguarão.

Num segundo momento os trabalhos se direcionaram para as áreas da saúde, educação e muito se investiu nas igrejas. Quase todas as matrizes existentes foram restauradas ou concluídas.

A maioria dos projetos era feitos pelos engenheiros militares, que eram os "arquitetos" que mais projetavam naquele momento, razão pela qual, segundo alguns historiadores da arquitetura, havia um exagerado conservadorismo nestas construções⁴⁸.

Haviam ainda os arquitetos imigrados, na maioria alemães e alguns italianos, que projetavam muitos prédios para a capital e alguns para o interior. É o caso do alemão Phillip von Normann, que além de projetar na capital da Província, Porto Alegre, foi o autor do projeto da Cadeia e da Câmara de Jaguarão.

Os reflexos do crescimento nas exportações de café alcançaram as regiões periféricas que de alguma forma estão envolvidas com o centro, como é o caso do Rio Grande do Sul, de onde procedia o charque e couro. Foi um período em que a modernização transformará as antigas estruturas econômicas e sociais que imperavam no país, que sofria ainda uma forte herança dos tempos coloniais.

No espaço urbano estas transformações serão sentidas com muita intensidade, com a qualificação da cidade ao nível de infra-estrutura, transportes e construções.

⁴⁸ Günter Weimer, op.cit.,p.56

As novas idéias higienistas, farão com que a cidade rompa com algumas das velhas tradições coloniais, procurando incorporar inovações urbanas tais como as novas possibilidades de circulação de pessoas, veículos, de ar e de sol, ampliando a largura das ruas, criando avenidas arborizadas, mais espaços livres, preocupações com a saúde que estará presente nas novas formas de projetar as construções. Haverá um declínio paulatino da escravidão que mudará os costumes herdados dos tempos coloniais.

Evidente que quanto mais distantes estavam as localidades dos centros importantes, estas transformações ocorreram de forma mais lenta e menos intensa. A história urbana destas povoações pode também ser conhecida e medida pelas dificuldades e particularidades em assumir e implementar estes novos modelos.

1.4. Cidades coloniais brasileiras e a rede de povoações militares da fronteira sulina

A formação da rede de cidades coloniais

Quando se estuda o processo de ocupação de algum espaço do continente sul-americano, é interessante não perder de vista como ocorreu este a nível mais abrangente. Uma aproximação às ações colonizadoras e urbanizadoras realizadas pelas potências ibéricas, ajuda a compreender como ocorreu o surgimento e a conformação de vilas e cidades em algumas localidades ainda pouco exploradas pela historiografia oficial.

Para muitos autores, uma das características das cidades colonial portuguesa no Brasil, foi a "liberdade" com que foram implantadas, com suas ruas se amoldando à topografia segundo a importância dos diversos prédios que iam sendo construídos, em função das necessidades higiênicas e organizacionais do espaço. Um dos trabalhos mais importante e bem conhecido sobre esta questão é o de Sérgio Buarque de Holanda⁴⁹, que classifica os portugueses como "semeadores" de cidades neste extenso território sul-americano. Segundo a visão deste mesmo autor, os espanhóis seriam "ladrihadores" de cidades, pelo rígido esquema geométrico, preconcebido, caracterizado por um traçado de ruas ortogonais, com sua "Plaza Mayor" limitada pelos prédios mais significativos, tudo estabelecido pelas Leis das Índias.

⁴⁹ Holanda, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1992.

Quanto à descrição acima, referente às cidades coloniais portuguesas, é certo que pode ser utilizada para a maioria das povoações mais antigas construídas no Brasil, notadamente aquelas que surgiram em função dos ciclos econômicos do açúcar (litoral central e nordeste) e do ouro (região de Minas Gerais e Goiás), durante os primeiros séculos de ocupação. É certo também que, em outras localidades, como na região Sul, salvo raras exceções durante os momentos iniciais da ocupação portuguesa e mais tarde com a imigração, ocorreu um processo de crescimento urbano diferente das suas vilas e cidades.

Insistindo com a questão das características da cidade colonial espanhola e portuguesa no continente americano, em primeiro lugar, desde a chegada na América, os espanhóis demonstraram através suas ações, que pretenderam fazer um prolongamento orgânico de seu país, enquanto os portugueses mostravam interesses comerciais imediatistas⁵⁰. Evidentemente isto acarretará reflexos no caráter dessas cidades, desde sua implantação geográfica até em detalhes mais localizados: enquanto os espanhóis procuraram condições especiais para fundar suas povoações, as cidades portuguesas surgiram em função dos locais onde era facilitado o trânsito de mercadorias: a grande maioria no litoral, aproveitando-se de "portos naturais" e algumas no interior, no cruzamento de rotas ou local de travessias de rios,

⁵⁰ Os espanhóis fundaram em 1538 a Universidade de São Domingos; em 1551, a de São Marcos, em Lima (20 anos após a conquista do Peru por Pizarro); ainda em 1551, funda-se a Universidade do México. Portugal por seu lado, tratava inicialmente seus núcleos urbanos como feitorias comerciais. Holanda, op. cit. p. 75

por exemplo. Evidentemente que não atendiam apenas a esta função comercial. Estas cidades tiveram também seu papel político, funcionando como uma espécie de "bandeira portuguesa": um instrumento para caracterizar a posse do território, decorrendo disto à busca por uma aparência de concentração, mesmo em centros de populações e dimensões limitadas. Ajudava a reforçar esta imagem de povoações densas, as ruas estreitas sem elementos arbóreos, assim como a falta de jardins públicos ou domésticos.⁵¹

Esta generalização costuma ser utilizada quando se discute o tema da forma das cidades coloniais na América espanhola e portuguesa, embora se deva ressaltar os riscos que estes procedimentos oferecem pela falta de precisão. Por isso, aqui são utilizados com cuidado, apenas como conceitos auxiliares à compreensão do processo de formação da rede urbana no sul do Brasil, que afinal é o que interessa para alcançar os objetivos propostos por este trabalho.

Deve-se considerar o fato de algumas antigas cidades coloniais americanas fundadas pelos portugueses, foram planejadas e tinham traçados regulares e determinações detalhadas em planos de urbanização. Desde 1650, quando cresce o número de engenheiros e arquitetos militares que atuam no Brasil, foi intensificado o rigor nas atividades de edificação de cidades⁵².

⁵¹ Reis Filho, op.cit., p.24.

⁵² Rhoden, op. cit., p.78.

Nestes casos, quando perante situações ou momentos especiais, os portugueses cuidaram de traçar com clareza os núcleos coloniais, adotaram planos regulares, porém distinto do padrão eleito pelos espanhóis. Não utilizaram, como seus vizinhos, um padrão urbanístico a se repetir indefinidamente, não considerando a fundo as utopias do quinhentismo para determinar tal padrão. No Brasil, num sentido se têm as ruas e, no outro, travessas, ou seja, deliberadamente secundárias. Geralmente este traçado incipiente de ruas e becos acompanhava os divisores de água da topografia e oferecia uma estreita frente aos lotes, aliás uma experiência europeia transposta para a colônia americana.⁵³

Nos momentos iniciais da fixação portuguesa na colônia americana, as recomendações sobre o feitiço urbano, vias, parcelas e construções principais eram muito vagas. Quem possuía maior detalhe nestas questões urbanas era a Mitra, a quem praticamente ficou delegado o desenvolvimento físico dos arraiais, vilas e cidades brasileiras. Por isto não era estranho que o templo se constituísse na construção mais destacada dos núcleos, pois eram claras e objetivas as recomendações para sua construção:

"... as Igrejas se devem fundar e edificar em lugares decentes, em sítio alto, livre de umidade..."

Observa-se desta forma que a localização da Igreja obedeceu a uma legislação, transcendendo a questões de lógicas e

⁵³ Como salienta Murilo Marx em seu importante ensaio *Cidade no Brasil, Terra de quem?*, S.Paulo,, Nobel, EDUSP, 1991.

tradição. Com sua posição geográfica privilegiada, valorizava ainda os terrenos do entorno.⁵⁴

Percebe-se que em muitas cidades esta situação se mantém mesmo com a República, quando se acentua a separação Igreja-Estado e as cidades perdem algumas de suas prerrogativas coloniais, com outros edifícios "concorrendo" com os religiosos.

A presença da igreja foi muito importante no surgimento e na conformação dos núcleos coloniais. O patrimônio religioso decidiu o nascimento de muitas povoações no litoral e no sertão; o seu aproveitamento, a divisão das terras que o compunham, desenhou os arraiais. Afinal, com o clero ligado ao Estado, "ser reconhecido perante a Igreja era ser reconhecido pelo próprio Estado"⁵⁵.

Por seu lado, os espanhóis também "semearam" algumas povoações. O historiador urbano Jorge Hardoy coloca sob suspeita o conceito de que os espanhóis estabeleceram na América somente cidades que se ajustavam a um traçado de quadrícula. Evidentemente que uma vez consolidada a conquista e encaminhada a colonização, foram estes modelos empregados na maioria das cidades principais, mas o que ocorreu nos assentamentos menores, os quais quantitativamente constituíram a maior porcentagem e já eram numerosos quando da implantação das primeiras legislações para as Índias? Sem dúvida que muitos dos portos, centros mineiros, etc., careceram de uma fundação

⁵⁴ Marx, op. cit. p. 15

⁵⁵ Marx, op. cit. P. 17

formal e seu crescimento físico foi "espontâneo" e sem ajustar-se a normas predeterminadas de desenho⁵⁶.

Pelo exposto, parece razoável concluir que no aspecto morfológico existem fortes diferenças entre as cidades construídas pelos colonizadores ibéricos na América do Sul, embora a generalização de que umas fossem "espontâneas" e as outras "projetadas", mereça cuidado e um pouco de explicação quanto ao período em que foram construídas, em que região e com que finalidades. As questões estruturais neste aspecto são fundamentais e vão se expressar no espaço construído.

Os núcleos coloniais portugueses

Os povoados surgiram no início da colonização portuguesa como foi visto, por motivos concretos e variados. Em muitos casos, era interessante para o detentor da grande terra que, para sua produção, se facilitasse o oferecimento de serviços úteis proporcionados por posseiros, que ao longo dos tempos existiram. Estabelecidos em povoados, estes posseiros poderiam proporcionar maior autonomia de encargos para o fazendeiro mais próximo. Além disto, estes trabalhadores poderiam realizar suas jornadas de trabalho e viver em conjunto, com as vantagens que isto poderia oferecer.

⁵⁶ Hardoy, Jorge, *La forma de las ciudades coloniales en la América española...*p.316

Para tanto, doava-se parte do patrimônio para construção da capela e do povoado surgindo então os primeiros embriões urbanos, com controle da Igreja e reconhecimento pelo Estado.

Através dos depoimentos, sabe-se que a maioria destes núcleos, por muito tempo, permaneceu com suas proporções reduzidas. Caracterizavam-se pelo com forte cunho rural e traços físicos característicos, muito repetidos como foi colocado anteriormente: irregulares, com ruas tortas de largura incerta e muitas vezes bem adequada à paisagem. Geralmente localizados à beira de um caminho, ou de um porto, como foi visto, gravitavam em torno de um templo, que funcionava como um instrumento de urbanização. Esta situação permanece até o início do século 19.

Quanto mais distantes os lugarejos, maior a dificuldade do governo português para manter o controle, fazendo com que a Igreja assumisse questões além das religiosas e que interferiam na paisagem urbana.

O caso do território sulino

No que diz respeito ao território correspondente ao atual Estado do Rio Grande do Sul suas povoações fugiram, em grande parte, às características atribuídas às cidades portuguesas do resto do País. Nesta região ocorreu uma colonização tardia e se deu na forma de duas correntes diferentes: inicialmente, uma bastante rarefeita e voltada para a exploração primária, responsável pelo surgimento de vilas

que deveriam atender às necessidades mais imediatas daquela população. Nela se fixavam as autoridades administrativas da vida civil e religiosa, da mesma maneira como ocorria nas demais regiões da Colônia. Uma das primeiras iniciativas era a edificação de uma capela que, paulatinamente, ia sendo ampliada e melhorada até se tornar uma Matriz, que balizava o crescimento da cidade.

Assim, surgiram as primeiras vilas da Guarda Velha (hoje, Santo Antônio da Patrulha), Viamão e Conceição do Arroio (hoje, Osório). Estas vilas tiveram uma semelhança com o arquétipo descrito anteriormente por Buarque de Holanda para as cidades fundadas pelos portugueses: localizadas sobre uma colina, o traçado ortogonal das ruas seria inconveniente devido à topografia do terreno.

Por outro lado, surgiu um modelo de conformação urbana que contou com a ação efetiva de engenheiros e arquitetos militares enviados para a fronteira sulina, inicialmente durante o tempo de conquista da fronteira e, mais tarde, tanto pela permanente ameaça de retomada dos territórios conquistados aos espanhóis, como para demarcação dos limites acordados nos tratados. Sabendo-se que muitos militares que vieram para o sul cursaram a academia onde se estudavam os mesmos autores clássicos da arquitetura e, provavelmente, tomado conhecimento das ordenações reais espanholas a respeito do traçado das cidades, não causa surpresa o tipo de cidade que fundaram sob sua administração direta.

No caso de formações mais antigas e que iniciaram seu processo de povoamento de forma mais "espontânea", aparentemente sem qualquer vínculo com algum plano, na

medida em que passam ao controle dos comandos militares, tinham seu traçado corrigido. Este foi o caso de Rio Grande, a cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul. Por um plano elaborado em 1829, percebe-se que o traçado já se aproxima bastante dos preceitos das Leis das Índias utilizadas pelos colonizadores espanhóis. Processo semelhante se percebe também em outras vilas e cidades gaúchas, como Porto Alegre e Rio Pardo, por exemplo.

Portanto, na medida em que as autoridades militares foram se impondo na administração e controle das aglomerações, o rigor do traçado passou a valer como regra (quase) inflexível. Isto pode ser observado nos mapas de várias cidades da região, que passaram a contar com planos de desenvolvimento e ordenação, tanto para regular sua implantação como para prováveis expansões. Estes planos além de procurar corrigir o alinhamento das construções e largura de ruas existentes, sempre contemplavam alguma preocupação com a expansão física mais imediata do povoado.

Vale reforçar a questão de que os planos regulares elaborados pelos portugueses na região de fronteira sulina, eram distintos dos seus vizinhos ibéricos. Apesar de possuírem uma praça central e ruas ortogonais, se assemelhavam mais pelo desejo de regularidade do que por outros motivos mais significativos⁵⁷.

⁵⁷ Marx, Murilo, op. cit. p. 21



Fig. 20: Porto Alegre, capital do Estado, é um caso de planta ordenada após ocupação inicial “espontânea”, que todavia permanece no tecido.

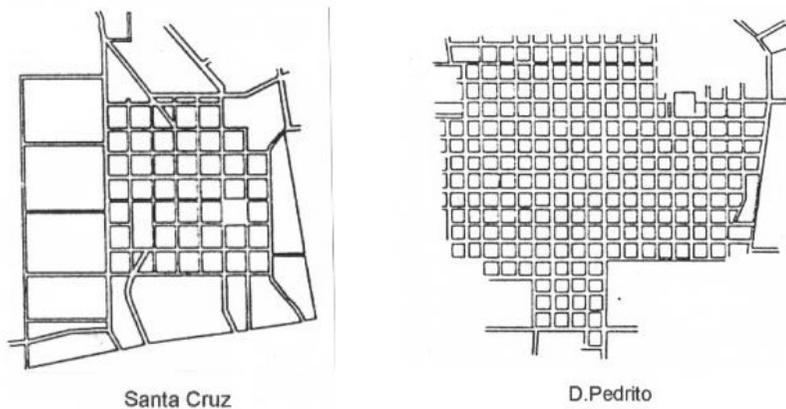


Fig. 21: Exemplos do uso da retícula na estrutura urbana de cidades do Rio Grande do Sul

Para alguns pesquisadores urbanos⁵⁸, o que parece claro é que na região fronteiriça sulina o governo jamais abriu mão da prerrogativa de desenhar as cidades e, na medida em que a região foi um território sob permanente ameaça de retomada por parte das autoridades platinas, a governança teve de ser militar, o que veio a condicionar profundamente o desenho das cidades que seguiram arquétipos clássicos, à semelhança dos modelos castelhanos. Apesar do rígido controle nesta questão, houve locais em que os imigrantes europeus, mesmo com grandes dificuldades, conseguiram formar alguns modelos de conformação urbana peculiar com suas tradições, mas foram casos isolados e distantes da região de fronteira limite de território. Sob o ponto de vista das características físicas das cidades, percebe-se que a fronteira foi um fator que condicionou o desenho destas povoações, fundadas e desenvolvidas durante um período de rigoroso controle das forças militares. Estes núcleos, formados e conformados sob rigoroso domínio militar, foram fundações tardias que apresentam forte contraste com a maioria das vilas e cidades do território brasileiro, que se percebe na simples observação de plantas de algumas cidades que surgiram e se desenvolveram durante o ciclo do açúcar, na região Nordeste, ou do ciclo do ouro, na região mais ao centro do país. Estas diferenças podem se observadas tanto no traçado urbano, como na implantação das construções no tecido urbano.

⁵⁸ Weimer, op. cit., p.59.

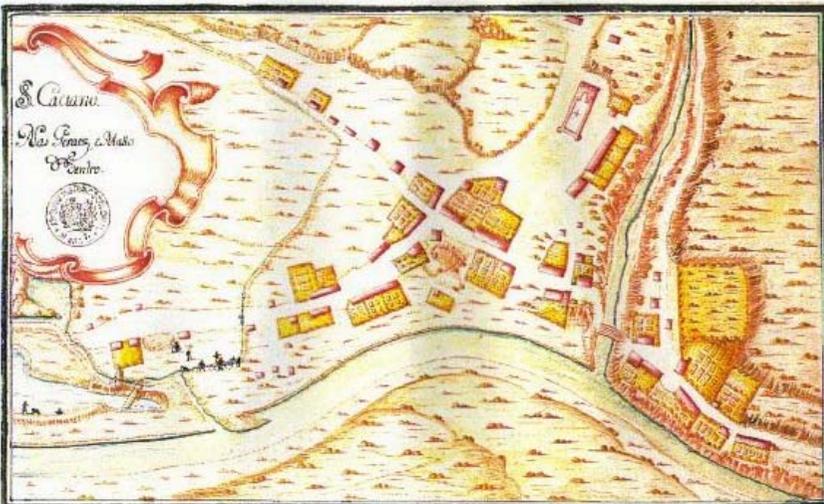
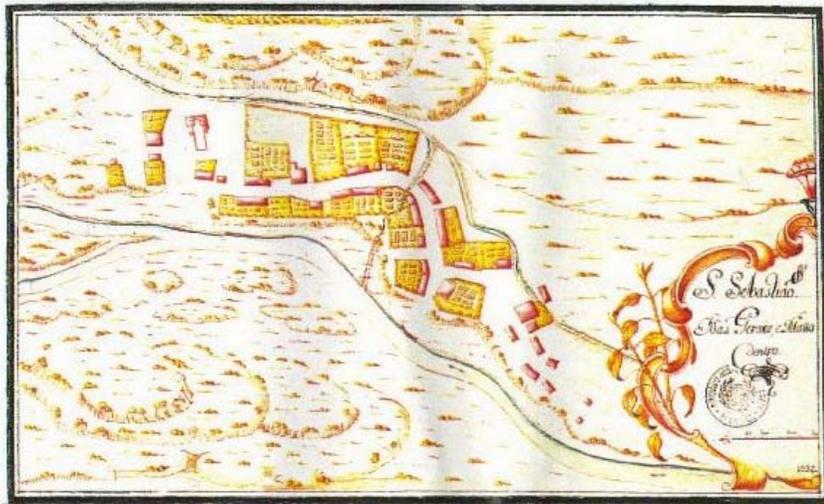


Fig. 22: Cidades coloniais brasileiras, distantes da fronteira sul

A disputa do território e os contínuos avanços e recuos da linha de fronteira, facilitaram a formação de uma rede de cidades nesta região.

Apoiando às conquistas militares, estas cidades nascidas no entorno das fortificações, terão a função de "marcar", demonstrar e garantir a posse do território conquistado. Afinal, a prática mostrava que o povoamento de um território era a melhor argumentação nas disputas diplomática posteriores para definir os limites de posses.

Por outro lado, na retaguarda desta zona mais avançada de conquista, surgirão outras cidades, com lógicas distintas de fundação e crescimento.

Muitos núcleos urbanos, se fundam a partir da doação uma fração de terra de um ou mais proprietários de sesmarias, para a igreja, que na pessoa do bispo ou seu representante, assinava os termos, num ritual cuja fundação introduzia a vida religiosa na região

Neste momento também era elaborado o plano inicial da futura povoação, com as dimensões da gleba de terra, localização da praça central, da igreja, e um parcelamento inicial do qual reservava para os seus, os mais centrais, vale dizer, na volta da praça próxima à igreja.⁵⁹

No Rio Grande do Sul do início do século 19, existem muitos exemplos de cidades originadas de acordo com a prática descrita acima. Na região próxima a Jaguarão, a cidade de

⁵⁹ Yunes, Gilberto Sarkis, *Cidades Reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*, Tese Doutoral, São Paulo: USP, 1995. p.53

Pelotas (originalmente chamada de São Francisco de Paula) e Arroio Grande, foram criadas em 1812 por doação de área de sesmeiros.

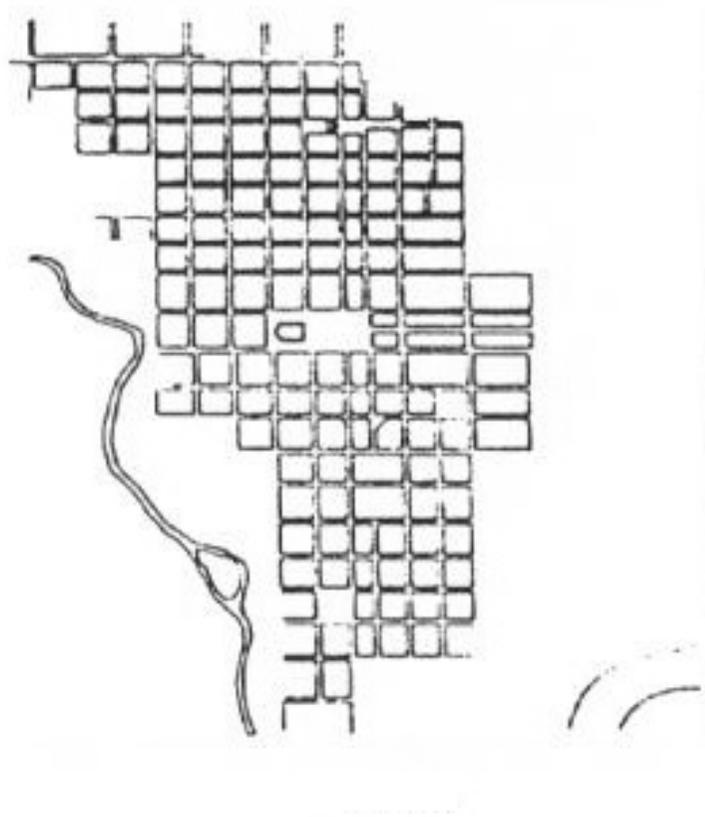


Fig. 23: Cidade de Pelotas /RS: núcleo fundado em terra doada, com planos traçados anterior à ocupação do território, próxima ao Arraial inicial.

Quanto às novas fundações que se originaram associadas às questões fronteiriças e estiveram desde seu os primórdios sob administração militar, estas se nortearam por leis que determinavam desde a escolha do sítio, como até o próprio desenho do povoado. Tudo para o controle e bom desempenho das atividades militares e outras.

Desta forma se originaram e desenvolveram cidades que formavam a rede urbana de defesa da fronteira sul-brasileira, como Santana do Livramento, Quaraí, Jaguarão, entre outras.

Para conhecer o processo de ocupação deste território, de acordo com os objetivos traçados por este estudo e a metodologia adotada se tomou a cidade de Jaguarão. Trata-se de uma povoação que tem sua história urbana fortemente vinculada a sua posição fronteiriça, o que a apresenta como um exemplo em potencial para acompanhar e analisar como ocorre o processo de formação desta rede urbana fronteiriça.

Trata-se de um povoado teve a marca peculiar da formação histórica rio-grandense: o constante estado de alerta militar, que forjou uma população dividida entre a luta e a faina. Esta região era uma fronteira a ser conquistada, num território em que a linha que dividia as terras de Portugal e Espanha estava num constante "vaivém". Como foi visto, outras cidades rio-grandense tiveram esta origem vinculada à situação de defesa. É o caso de Rio Grande, de 1737, a mais antiga cidade da região, originada de um acampamento militar e de um forte; Erval, em 1791, ligada às demarcações referentes ao tratado de 1777; Santa Maria em 1797, criada a partir de um acampamento militar quando das demarcações do território das Missões Orientais; São Gabriel, fundada por Félix de Azara em 1801, portanto de origem espanhola, a

partir de um forte cuja função era a defesa do território hispânico.

Jaguarão surge no momento em que a conformação geográfica do Rio Grande do Sul praticamente se define. Fazem parte de uma rede de “cidades marcos” que definirão a “linha” divisória das posses territoriais das coroas ibéricas nesta região.



Fig. 24: Rede de "cidades-marcos" na fronteira política